



11ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP 08 a 10 de junho de 2011

Local: Viva Rio, Rua do Russel, 76 - Glória, Rio de Janeiro/RJ

08 de junho – MANHÃ

ABERTURA DOS TRABALHOS

Às 10h04, do dia oito do mês de junho do ano de dois mil e onze, no Viva Rio, Rua do Russel, setenta e seis, Bairro da Glória na cidade do Rio de Janeiro-RJ, reuniu-se o Conselho Nacional de Segurança Pública. Estiveram Presentes sob a Presidência do Ten. Cel. Agnaldo Augusto da Cruz, Presidente em exercício, os Conselheiros representantes da ABC (Celito Cordioli), ABGLT (Márcio Marins), ADEPOL (Benito Augusto Galiani Tiezzi), ADPF (Marcos Leônicio Sousa Ribeiro), AMEBRASIL (Abelmídio de Sá Ribas), AMEBRASIL (Abelardo Camilo Bridi), ANASPRA (Heder Martins de Oliveira), APCF (Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes), CEN BRASIL (Marcos Fabio Rezende Correia), CONDEGE (Tereza Cristina Almeida Ferreira), CONSESP (Diógenes Curado Filho), COBRAPOL (Jânio Bosco Gandra), Conselho Federal de Psicologia (Cynthia Rejane Correa Araujo Ciarallo), CNCG-PM/CBM (Vicente Antonio Mariano Ferraz), CONCPC (Eraldo José Augusco), CNMP (Marcos Antônio da Silva Costa), Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública (Benedito Domingos Mariano), DPF (Luiz Carlos Nóbrega Nelson), DPRF (José Lopes Hott Júnior), FENAPRF (Marcos Dias dos Santos), FENDH (Analba Brazão Teixeira), FONAJUNE (Elder Costa Santos), GAJOP (Célia Dantas Gentile Rique), ISER (André Luiz de Jesus Rodrigues), INESC (Alexandre Ciconello Ganança), MNDH (Cynthia Maria Pinto da Luz), Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (Raquel Willadino Braga), ASAAC (Geraldo Soares Wanderley), Rede Desarma Brasil (Almir Laureano dos Santos), Redes de Desenvolvimento da Maré (Eliana Sousa Silva), Secretaria-Geral da Presidência da República (João Francisco da Mota Júnior), SINDAPEF (José Roberto Neves), Viva Rio (Sebastião Correia dos Santos) a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), **o Presidente em exercício** abre os trabalhos nos termos dos parágrafos 1º, 2º do artigo 3º e do parágrafo 4º do artigo 5º do Decreto 7.413 de 30 de dezembro de 2010 e nos termos do Regimento Interno do Conselho Nacional de Segurança Pública. Agradece à Subsecretaria de Ensino e Programa de Prevenção do Instituto de pesquisa do RJ SSP – Juliana Barroso, à Conselheira Eliana, Conselheira Raquel e ao Conselheiro Tião Santos. Informa sobre a apresentação do Dr. Antonio Rangel Bandeira (Coordenador da Campanha do Desarmamento do Viva Rio) sobre a Campanha do Desarmamento. Coloca em votação – todos concordam. Releva a composição e atividade do Conselho tem origem nas etapas do processo da CONSEG como processo social legitimado pela sociedade brasileira, construção de caminhos traçados que nortearão a segurança pública brasileira, ansiedade de que iniciemos o processo de construção de política nacional de segurança pública, já alcançamos resultado concreto, o Ministério da Justiça para que haja reconstrução dos Conselhos tendo como paradigma o CONASP e como base o PRONASCI. Os espaços da sociedade civil e dos trabalhadores são espaços que não havia antes esta sendo consolidado e solidificado com o CONASP, antes transitório e hoje definitivo, explora a partir da sociedade civil e trabalhadores. O governo federal já está trabalhando em parceria. A idéia de se formular uma Comissão tendo assento na reunião de Diretores da SENASP,

alternativas inclusive legislativas do poder fiscalizador do CONASP na Política Nacional de Segurança Pública (PNSP). Toda a PNSP terá que ser acompanhada legalmente pelo CONASP. O paradigma é o Conselho Gestor do PNSP, que não age sem autorização do FNSP. Só foi possível a partir do trabalho reconhecido não apenas pelo Ministério da Justiça, mas pela Esplanada. Dra. Regina havia mudado agenda para acompanhar o CONASP, entretanto a Presidenta a convocou para o lançamento do Programa Estratégia Nacional de Fronteiras no Palácio do Planalto. Os Projetos para Segurança Pública terão que ser redesenhados e refeitos; há a necessidade de reconstrução por ordem da presidente. Muita coisa já foi feita e muita coisa há por se fazer, a Secretaria Regina está trabalhando por esse desenvolvimento, e as propostas tem que vir a este Conselho a fim de ser legitimado, ela entende que não há como fazer a política nacional de segurança publica sem passar por este conselho. Estamos num processo de reformulação da Secretaria, então todos os projetos estratégicos estão sendo redesenhados. A Dra. Regina solicitou que eu fizesse esta ressalva. Estamos abertos a estas discussões, e, em João Pessoa foi um sucesso, ressaltando a dedicação dos conselheiros e autoridades locais. No Rio de Janeiro não será diferente. O governo federal chancela a autoridade do Conselho no âmbito nacional. Elogia Dra. Juliana Barroso e agradece ao apoio de todos e mais uma vez dos Conselheiros organizadores. Autoriza a palavra a **Subsecretária Juliana Barroso** que agradece ao Presidente em exercício Augusto em nome de Dr. Mariano Beltrame, que não pôde comparecer, informa ainda que o Conselho Estadual também esteja refletindo o seu papel, a avaliação interna da CONSEG uma coisa ficou muito clara: nós elevamos o patamar do debate da segurança publica. O CONASP garante a pluralidade no tema, a participação da sociedade civil, dos trabalhadores. Vocês têm um papel primordial, bem como disse o Cel. Augusto, fomentar, induzir políticas públicas, isso é um sonho. A nossa democracia é muito recente e estamos dando um salto qualitativo no paradigma de segurança publica. A escolha da Suelen foi muito acertada como secretária executiva. Gostaria que a experiência do CONASP refletisse na situação estadual. No Rio, a discussão sobre segurança pública retomou em março, mas temos tido avanços e retrocessos. Algumas questões que deveriam ser maturadas, não foram maturadas o suficiente e isso gera duvidas. Temos idas e vindas, um decreto que já estava na Casa Civil, teve que voltar. Nós preferimos uma postura para dialogar, para não pairar mais dúvidas sobre o nosso papel. Vocês serão nossos espelhos. O Secretário Beltrame está muito aberto para este diálogo, a SSP Se coloca a inteira disposição, e deseja sair a frente com as diretrizes no RJ. estamos à disposição. Boa reunião. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Coronel Íbis Silva Pereira Comandante-Geral** representante, Assessor de Imprensa da PM-RJ. Bom dia. Quero apenas saudá-los, é uma alegria muito grande estar aqui. Para podermos pensar num quadro melhor de segurança, nós temos que pensar em uma ordem mais justa e não apenas com instituições Policiais. É muito bom que evoluímos e precisamos evoluir mais, temos claro o problema que temos pela frente nos termos de Segurança Pública. Hoje passamos por um período de discussão de ordem, com um problema na Vila Kenedy que é fruto de justiça. Não é com polícia mesmo maravilhosa e bem treinada, mas é com Estado mais justo e igualitário. Saúdo a todos, torço pelo sucesso, é possível mudar o cenário. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao Sr. **Paulo Teixeira** do Instituto de Segurança do Rio de Janeiro Com palavras breves eu saúdo aos que vem a nossa cidade e quero compartilhar de momentos ímpares que estamos vivendo no RJ. Falaram da democracia, da república e eu queria falar da Conferência. Participei das etapas da Conferência Estadual, que na nossa área de conhecimento, é ultra-recente. A sociedade do Rio de Janeiro através dos conselhos de segurança, direitos e deveres tem que andar juntos; a consolidação de dados na internet que permite a diversos setores ter acesso e conhecer mais sobre os problemas de segurança no RJ. A área da saúde e educação é muito mais corriqueira na sociedade. Um conceito de segurança mais ampla faz o nosso trabalho focar em dois tópicos: a participação social pelos conselhos comunitários, direitos e deveres que devem andar juntos e por outro lado, a consolidação de dados, dando acesso a informação qualificada a diversos públicos. Que todos tenham acesso às informações, que conheçam mais sobre os problemas de Segurança Pública no Rio, para depois fazermos uma avaliação dos objetivos alcançados, o monitoramento e avaliação se as medidas foram eficazes.

Estamos felizes. Obrigado. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Tião Santos** Bom dia quero saudar a todos na figura do Coronel e quero fazer uma saudação especial aos companheiros daqui que vem lutando durante tanto tempo pela construção de um conselho estadual. Há poucos anos, ter esta sensação era algo inacreditável. Há um amadurecimento das instituições, da sociedade. Intervir nos fatos. Acho que este amadurecimento é fruto desta insistência. O Rio vem melhorando muito o seu histórico na segurança publica. O que a gente não pode achar, é que o fato de termos encontrado um caminho é que este caminho já está dado. Esta reunião deve servir de estímulo às autoridades, para trilharmos juntos a segurança publica de nosso estado. Ter a sensação de que seria possível ter a participação no CONASP, abre o amadurecimento das instituições, sociedade e governo, Há o amadurecimento da sociedade civil, não estar só adiante, mas intervindo diante dos fatos. É fruto da insistência dos dois lados. O RJ vem melhorando muito. O que não podemos achar, como os companheiros bombeiros, que o fato de acharmos um caminho, este caminho já está dado. Estima para as nossas autoridades estaduais, autoridades do Rio de Janeiro, para trilharmos juntos história para nosso estado. Assim o Brasil terá bons termos, não desmerecendo os outros estados, mas por sabermos como o tema da segurança é caro para o Rio. Se o tivermos, certamente o Brasil terá bons termos. Sejam todos bem vindos. Obrigada. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra a **Conselheira Eliana** É importante termos o Conselho no Rio, pela importância do tema para a realidade do Rio. É uma agenda importante, espero que possamos avançar. Que este momento seja de aprendizado quanto às dificuldades, cumpramos a agenda e avancemos a discussão da Segurança Pública no Rio de Janeiro. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Dr. Antonio Rangel Bandeira** Bem vindos ao RJ e ao Viva Rio. Balanço de como está a Campanha do Desarmamento após um mês de estrada. O CONASP foi se não a primeira instituição enquanto Projeto. Nós contamos com vocês para que nos ajude a pensar na Campanha ao Desarmamento, que era para ser em julho, mas com o desastre de Realengo, o Ministério da Justiça decidiu antecipar a Campanha. Achamos que o Ministro agia bem em adiantar, pois campanhas deste tipo sucedem muito em função de tragédias, pois principalmente os homens vêm a arma com muito carinho, como instrumento de defesa. A ficha cai, o indivíduo comprehende que a arma também pode trazer a desgraça para a sua família. Foi assim na Itália, na Grã Bretanha, após tragédias que mudaram sua legislação. Não tenho opinião quanto à indenização. A sociedade civil não conseguiu participar das Campanhas anteriores. Não há campanha sem publicidade e não há dinheiro para a campanha e isso pode levar ao fracasso. Os fatos precisam se tornar noticia, é campanha de mobilização. Sem publicidade e sem sociedade civil, sem participação popular não é campanha. Até hoje a sociedade civil não foi credenciada para a entrega das armas, o Viva Rio no Rio de Janeiro e o Sou da Paz em São Paulo foram os únicos credenciados. Estamos agilizando e cobrando do governo. Isso cria frustração e não ter onde entregar as armas. Precisa se credenciar igreja, maçonaria, dentre outros. Primeiro não temos verba, o ministro acha que sem dinheiro se pode. Um exemplo disso é a falta de verba para publicidade, a demora no credenciamento, o que nos frustrou também é que não se podem inutilizar as armas no ato da entrega. Pretende-se manter pontos fundamentais da campanha anterior: anonimato (esta é mais profunda, não exige o CPF). Quem tem uma arma ilegal teme entregar a polícia, por motivos óbvios. O anonimato é fundamental. Noventa e um por cento das armas de 2004 eram ilegais, nesta Campanha do Desarmamento, o cenário não é diferente. Noventa e cinco por cento das armas matam, não são enferrujadas. Anistia é fundamental. A Polícia Federal fez uma bela campanha. Nós apoiamos a campanha, mas acabou e não será renovada. A Indenização de cem a trezentos reais. Em 2004, foram quarenta milhões de reais em indenização. A grande renovação desta campanha era a demora. A Argentina pagava na hora, depois de muita pressão o Banco do Brasil cedeu em indenizar em 24 horas. A arma é registrada no INFOSEG, a pessoa recebe um cheque e no banco recebe a indenização. O sistema até agora está funcionando. Todas as forças públicas poderão participar do recebimento de armas, isso porque o contingente da Polícia Federal é reduzido. O processo de credenciamento está lento, leva no mínimo vinte minutos. Quando o Ministro da Justiça resolveu adiantar a campanha, não mensurou a demora do credenciamento das polícias e sociedade civil,

devemos fazer campanhas como a África do Sul, Campanha todos os anos. Termos uma Comissão Nacional, presidida pelo Ministro é só fazer. Expectativas: antecipação deu problemas: 1) lançamos aqui no Rio na presença de familiares de Realengo que nos procuraram espontaneamente para apoiarem a Campanha. Não há Campanha Nacional sem mídia forte, a campanha de 2004 foi pensada para durar seis meses e ficou por mais de um ano. Nós não temos dinheiro para publicidade. Não há recurso para publicidade, fator que pode levar ao fracasso da Campanha do Desarmamento. Temos que gerar fatos que virem notícia que sirvam como fator de mobilização. Campanha exige participação popular. O lançamento foi uma ótima publicidade, mas não tinham postos montados (pela antecipação). Isso gera uma frustração. Contradição que não imaginamos. Não ter verba para publicidade e não ter postos de arrecadação credenciados. Outra questão que nos frustrou foi que insistimos para não só a Sociedade Civil, mas as Polícias inutilizarem a arma, devido o desvio de armas nas polícias. A inutilização por marretas na frente do doador é um gesto fundamental, pois não vai haver desvio de arma. Isso dá segurança aos postos, insistimos para a polícia fazer o mesmo. Na portaria que saiu a polícia não tem que fazer isso. Para a polícia não há a obrigatoriedade da inutilização da arma. A polícia não tem memória sobre a campanha de 2004. Questões discutidas na campanha anterior voltaram nesta. Na campanha de 2004, só tivemos experiência internacional. O exército era contra a campanha em 2004 e hoje é um dos maiores entusiastas. Para concluir, algo que não foi pensado: as pessoas pensam que quem entrega a arma, entrega pelo dinheiro. Posto sem internet e telefone não pode receber arma. Uma quantidade de dificuldade criada. Toda a filosofia é de uma campanha melhor, mas foi criada uma elitização, um processo de demora. Cerca de vinte e um por cento na última campanha entregou pelo dinheiro, nesta apenas seis por cento entregaram pelo dinheiro. Num questionário voluntário, concluímos que os que entregaram foram convencidos que é muito mais risco que proteção e quer doar dinheiro para instituição social. A maioria fala pelo risco de ter uma arma em casa. Vinte e um policiais entregaram suas armas no Rio. Estamos correndo o país, a fim de conscientizar os policiais que o desarmamento voluntário é coisa boa, a maioria acha que é rambo e gosta mais da arma que da namorada. Todos têm que entender que a entrega voluntária de armas é conscientização. **O Presidente em exercício** agradece ao Dr. Rangel e autoriza a palavra ao **Dr. Sérgio Simões Caldas** Subchefe da Polícia Civil do RJ que substitui a Dra. Marta. Estamos à disposição do Conselho, na primeira Campanha trabalhamos bastante, na academia fizemos discussão sobre o tema e há que ressaltar a grande importância, inclusive o prof. Rangel palestrou. Devemos ser polícia de proximidade. A Polícia Militar com apoio da Civil têm desenvolvido as UPP'S, temos recebido apoio da comunidade. Os Projetos são elogiados, acreditamos na polícia de proximidade. Gostaria de firmar total apoio, logístico, institucional e pessoal. **O Presidente em exercício** informa que a previsão dos trabalhos é o meio dia e trinta minutos. Sugere trinta minutos para as perguntas e o debate. Aberta inscrição. Agradece as redes da sociedade civil que realizaram a reunião. A Plenária concorda e abrirmos a palavra para questões sobre a campanha ao Dr. Rangel. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Tião Santos** Concorde e acho muito oportuno. **O Presidente em exercício** concede quinze minutos para as perguntas e autoriza a palavra ao **Conselheiro Heder Martins** quero agradecer e parabenizar o senhor que esteve conosco em Minas Gerais, depois do lançamento, continuamos às quintas-feiras reunirmos para iniciar a campanha. A Assembléia Legislativa está apta por montar um posto. Falando por Minas Gerais, a diferença básica e que não há recolhimento, pois o foco é na apreensão de armas, as metas passadas à Polícia Militar é de apreensão. Tem que bater meta com cobrança sistemática de trabalho. O Policial Militar é cobrado por metas. Estamos buscando trabalhar para a Campanha, mas sem incentivo federal não há viabilidade. **Dr. Rangel** ressalta a importância do trabalho de Minas Gerais que é um passo inicial e não impregnou. O policial não tem apenas a função de apreender arma, mas de favorecer a segurança pública à sociedade. **O Presidente em exercício** ressalta a saída da Dra. Juliana Barroso e autoriza a palavra ao **Conselheiro Marcos Costa** o CONASP está em construção. Uma ou duas recomendações pontuais ao Ministério da Justiça dentro da campanha do desarmamento, é a nossa atribuição. Apesar de o governo federal dizer que o Conselho já está constituído, este Conselho ainda está caminhando,

não está consolidado. O CONASP pode fazer uma recomendação sobre a campanha do desarmamento para o ministro. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Agadeilton** Um breve comentário sobre a exigência burocrática, quanto a registros. Exame de local de crime, não é a realidade do país, contudo a necessidade do registro do pré-registro arma quando da entrega. Eu concordo com o Conselheiro Marcos Costa, diferente do que pensa a maioria dos convidados aqui, nós ainda não somos um Conselho consolidado. Concordo que podemos apoiar a campanha. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Vicente Mariano** Fizemos uma palestra sobre o desarmamento no sentido de apoiar a campanha, é um tema novo que deve ser amadurecido após ano a ano. Vamos amadurecer a preocupação quanto ao desarmamento, a Polícia Militar está preocupada com as armas envolvidas em crime, entretanto está firme na campanha. A gente desconhece as metas em relação à apreensão de armas. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Almir** Agradece o apoio do CONASP na campanha do desarmamento. **O Presidente em exercício** cede pausa de cinco minutos às onze horas e quarenta e um minutos e retoma a reunião ao meio dia e dois minutos. Reinicia os trabalhos e pergunta se há retoque ou acréscimo a ata. Ata aprovada. Autoriza a palavra a Secretaria-Executiva do CONASP para leitura da programação geral **A Secretaria-Executiva** lê a apresentação da pauta e informa alteração na pauta, em que teria apresentação do IPEA que foi transferida para a próxima reunião, em virtude da impossibilidade da presença dos representantes. Será encaminhado documento sobre o IPEA aos conselheiros, para ser mais produtivo na próxima reunião, o IPEA continuará nos acompanhando e apresenta a Gabriela. Comenta a apresentação dos Conselheiros que participaram do Fórum interconselhos para o PPA, amanhã, dia nove teremos reunião das Câmaras Técnicas o dia todo, no dia dez faremos uma visita a uma comunidade com UPP e uma sem UPP, a tarde, a discussão sobre o genocídio da juventude negra que era pauta de outra reunião e o resultado dos trabalhos das Câmaras Técnicas, informes gerais da Secretaria-Executiva, dos Conselheiros, encaminhamento e encerramento. Tivemos sugestão de pauta do Conselheiro Marcos Costa sobre o Desarmamento para fazermos um encaminhamento ao Ministro da Justiça. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Marcos Dias** incluir a criação, em caráter de urgência, de Comissão sobre a questão dos bombeiros do Rio. Conversar com líderes presos e com o Comandante. Ver *in loco* os quatrocentos bombeiros presos em Niterói para verificar a situação precária de higiene e alimentação em que se encontram. Que isto seja feito ainda hoje no período da tarde. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Marcos Costa** sugere que todas as sugestões sejam anotadas e a mesa averigua a mais urgente. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra a **Conselheira Cintia Ciarallo** discutir organização burocrática, sobre atas, pauta, prazos, Esta com dificuldades de entendimento, nos quesitos administrativos e burocráticos e dificuldade de organização sem estes documentos. Dificuldade de saber o que decidimos e não decidimos. Esclarecimento de como ficou a situação da suplência em relação à Câmara Técnica, ela vai para a Câmara que eu estou ou se para a outra que havia anteriormente sido definidas. Esclarecimento sobre a dinâmica da titularidade e suplência. Discussão sobre o lugar político do CONASP, isto não está condizente com o que tem sido falado. Só se ouve falar em CONASP quando se escolherá a passagem, não se escuta falar em CONASP na mídia. Quero vir aqui discutir segurança pública e não organização do CONASP. Eu não conheço o programa de governo de segurança pública. Deve haver apresentação concreta das linhas, dos caminhos, precisamos que alguém venha apresentar o Programa Nacional de Segurança Pública. Temos que discutir a visita ao Ministro da Justiça, o que estamos fazendo, não participamos de nada, a gente precisa saber concretamente quais são os caminhos e linhas de onde vamos atuar, precisamos conhecer o cenário panorâmico de nossas atividades. A participação política e um representante da SENASP para explicar a política. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Marcos Costa** Vamos às nossas manifestações, antes de defendermos, deixe que a defesa venha depois. Exponho os pontos que quero e no momento oportuno eu defendo. O primeiro ponto é a ausência sistemática da presidente do CONASP. O segundo é a Resolução do grupo de representante da mesa diretora, na pauta formal não consta o grupo da mesa diretora, tem que ser aprovada. E o

terceiro ponto é que precisamos voltar a Brasília em agosto, já conversei com os conselheiros de Salvador. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra a **Conselheira Cynthia Luz** Cintia tem razão nas suas proposições. Ao final dos encaminhamentos, nos preparemos para ir à Bahia, o que justifica a presença do CONASP nos estados? Qual relação estamos estabelecendo com a sociedade civil nos estados? E com a pauta da segurança pública daqueles estados? Por que estamos indo aos estados, já que é o processo de logística é dificultoso? Antes de ir a outro estado, temos que saber o que estamos indo fazer lá. Seria no mínimo vergonhoso se não discutirmos os bombeiros aqui no Rio de Janeiro a interação não somente com os gestores da segurança pública, mas com a sociedade civil e os trabalhadores. Como ficou a questão dos cortes orçamentários do Ministério da Justiça e os reflexos no planejamento estratégico do Conselho? O INESC fez este pedido formal. Isto tem que ser pautado com a máxima urgência. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Geraldo Vanderlei** fui contemplado pelas duas Cíntias. As reuniões nos estados devem ter um incentivo mais amplo, incluindo a pauta da segurança no estado. Vontade das instituições de participarem. Incluir questões de Segurança Pública gerais e locais, audiência pública junto a sociedade civil, se inscreveram mais de cem entidades no processo eleitoral, temos de estar atentos a discutir; temos que melhorar o perfil das nossas reuniões nos estados, e, pontuar os marcos da política de segurança e direitos humanos no país exercendo as atribuições dadas pela CONSEG. **Presidente em exercício** pautas urgentes, teremos um segundo momento de votação. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra a **Conselheira Tereza Cristina** são dois pontos, a preocupação muito grande a participação dos gestores o foco que não é beligerante, a pauta dos estados tem que ser específica e não de caráter ordinário. Específica na demanda dos estados, pôr o ponto na pauta, se for aos estados pauta dos estados, específica de suas demandas, e se for ordinária que a reunião seja em Brasília. Temos necessidade de trabalhar os temas das Câmaras Técnicas e não ficar discutindo burocracia, ai ficaríamos em Brasília mesmo. A presença das instituições que tenham voz, não é justo que eu fique doente e não tenha ninguém para me representar. Solicito a inclusão da possibilidade da existência de suplência para os convidados. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Márcio Marins** contemplado. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Elder Costa** faz a proposta de participação do CONASP na organização da Conferência Nacional de Juventude, vários Conselhos foram convidados e o CONASP não foi, talvez por falta de expressão na sociedade. A gente sabe a preocupação e a importância da Segurança Pública para a juventude e quero a autorização para representar o CONASP na organização da Conferência Nacional de Juventude. Quero esclarecimento também sobre a visita às Comunidades aqui no Rio de Janeiro. **O Presidente em exercício** informa que o Conselheiro Tião esclarecerá os procedimentos quanto à visita, e autoriza a palavra ao **Conselheiro Agadeilton** duas indagações à Secretaria-Executiva, uma quanto apresentação dos projetos da SENASP e os prioritários do Ministério da Justiça que seriam nosso plano de fundo para discussão direta da nossa representação e participação no Fórum Inter Conselhos, já retirado de pauta e eu gostaria de saber o porquê. **O Presidente em exercício** esclarece que nós já entramos na discussão do PPA em um segundo momento e no Ministério da Justiça quem cuida do planejamento é a COPLAN, metas discutidas inclusive com o Ministério do Planejamento, a opção estratégica da Secretaria foi a construção do Planejamento Geral que também será trazido ao CONASP, a idéia é que ele conte cole todas as ações e eixos da Segurança Pública em determinado paradigma, explicação sobre a execução orçamentária e financeira em determinado paradigma e realinhar a Política nacional de Segurança Pública estas estratégias devem ser embasadas nos eixos, realinhar a segurança pública nestas estratégias com metas definidas, a comissão deverá participar da reunião de diretores. Devemos sanar as pautas para recebermos os diretores e coordenadores da SENASP que deverão apresentar as perspectivas. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Agadeilton** que ressalta o problema da perícia em Alagoas e que se pode levar esta discussão a Câmara Técnica, e em qual Câmara Técnica, se seria a de Mobilização. **A Secretaria-Executiva** ressalta que deve ser levada a Câmara de Mobilização e depois vir a discussão ao Pleno. Informa ainda que foram dispostos um funcionário da Secretaria-Executiva para assessoria a cada

Câmara Técnica. Apresenta a Heloísa. Informa também outros temas a serem discutidos em cada Câmara Técnica, bem como o fluxo de pauta e o fortalecimento das Câmaras Técnicas. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Elder Costa** gostaria de aproveitar e sugerir a supressão da discussão do genocídio da juventude negra do pleno na sexta, e o transferir para a Câmara Técnica na quinta, devido aos dois turnos para que surja efeito de encaminhamento. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Tião Santos** só para cobrar oficialmente a proposição do Conselheiro Marcos Costa, a recomendação do CONASP ao Ministro da Justiça sobre a Campanha do Desarmamento. Dois pontos: sobre o financiamento e a obrigatoriedade das polícias danificarem as armas no ato do recolhimento, vou elaborar o texto nas normas como resolução sobre a campanha do desarmamento e trago para discussão deste Conselho. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Heder Martins** para esclarecer como será o procedimento de construção das pautas das câmaras técnicas? Seria interessante a interlocução entre os funcionários da Secretaria-Executiva e cada Câmara construa sua pauta antecipadamente. **Presidente em exercício** ressalta que cada câmara, portanto estabelece seu prazo interno, aglutinação de pautas pré-definidas, os responsáveis das Câmaras aglutinam a pauta dos trabalhos das reuniões e já levam a discussão as pautas já pré-definidas. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Márcio Marins** só um encaminhamento ao que o Conselheiro Tião falou, documento da última reunião sobre o apoio do CONASP a campanha do desarmamento, se o documento já foi encaminhado ao Ministério da Justiça. **Presidente em exercício** apoiando a campanha, sim já foi. Autoriza a palavra ao **Conselheiro José das Neves** preocupação em relação aos bombeiros do Rio, senti falta do gestor do órgão dos representantes dos bombeiros. Senti falta de membros de gestores nos estados que nos reunimos, tenho sentido falta de entidades que representam os membros que aqui estão. Em João Pessoa faltou órgão gestor do sistema penitenciário. A gente se sente órfão de determinadas entidades nas discussões. Podemos convidar o representante oficial do corpo de bombeiros. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Tião Santos** há negociação com as lideranças do governo e entidades policiais, para além das questões políticas, o Coronel Íbis se dispôs a fazer a mediação dos representantes dos bombeiros e PM, e como as entidades de classe com suas representações. Desde que aconteceu esta situação dos bombeiros, o Conselheiro Heder me ligou e estamos tentando uma aproximação entre os praças e o governo. Hoje pela manhã conversamos com o Coronel Íbis e ele se dispôs a fazer esta aproximação das lideranças e do governo, ele saiu daqui com a missão de mediação. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra a **Conselheira Raquel** quanto ao processo de organização local, o esforço desde o momento em que se definiu esta agenda no Rio, um processo de interlocução com parceiros da sociedade civil com a temática, Redes da Maré e Observatório de Favelas, a gente tem uma preocupação muito grande de articular o conselho com as bases locais e os movimentos, a relevância do envolvimento dos diferentes atores do estado neste processo e fomos apresentados como conselheiros, falamos da importância de estabelecer a conexão com a Comissão Organizadora Estadual (COE), como os Conselheiros podem dar suporte para o estabelecimento do conselho estadual. Conectar o CONASP às bases locais e movimentos, ao mesmo tempo a relevância do envolvimento dos diferentes atores do estado, paralelamente a importância de se estabelecer uma conexão com as organizações que tiveram na organização da CONSEG, como pode dar conexão aos conselhos estaduais, nos reunimos com a COE, mecanismos sistemáticos, e solicitar uma audiência pública de pauta do estado, para a instalação o Conselho Estadual, pautado e assegurado essa conversa entre a COE, Secretaria-Executiva e Conselheiros do Rio de Janeiro num esforço paralelo de interlocução entre sociedade civil, gestores e trabalhadores do estado; Estarmos a disposição para suporte sistemático e para dentro desta reunião ordinária fazermos uma audiência pública sobre a situação do Rio de Janeiro. Está assegurado este diálogo amanhã esta audiência. Para esta atividade fizemos divulgação e a COE está aqui hoje como observador, portanto o esforço como mobilização. Queremos conectar o CONASP pelas visitas técnicas, onde tem UPP e onde não tem, com outros atores que não só a polícia. A Secretaria de Segurança Pública se dispôs a dar suporte logístico para as visitas, na visita para o Complexo da Maré havia algumas restrições. Fazer vista em

ônibus da polícia, avaliação da Secretaria pela Maré não ser área pacificada, ela não pode se responsabilizar. Estamos lidando com este impasse sobre o transporte. **O Presidente em exercício** ressalta as duas agendas propostas, que se visite o projeto da UPP e a outra que em relação a logística a visita a uma comunidade não pacificada, pela diversificação de pessoas que participam do Conselho e é natural a preocupação dos organizadores do estado. Autoriza a palavra ao **Conselheiro Vicente Mariano** a posição do CONASP é de solidariedade tanto com a Polícia Militar quanto aos bombeiros. Apoio. Proposta para a pauta: mortes no transito, milhares de pessoas que morrem o tempo todo e a interação com o Conselho Estadual de Segurança Pública. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Benito** Precisamos de efetividade, destruição das armas, mobilização dos delegados, estabilidade para o delegado enquanto preside inquérito policial. Sobre a questão de suplência suscitada pela Conselheira Tereza, informo que há compartilhamento de cadeira. **O Presidente em exercício** ressalta que a realidade dos convidados é diferente e o **Conselheiro Benito** retira o que disse e continua, informando que para discussão na Câmara Técnica: movimentação de delegado durante investigação criminal, estabilidade ao delegado quando preside o inquérito policial. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Gandra** sobre a proposta emergencial devido ao programa de governo voltado para as fronteiras, momento oportuno para se discutir incentivo aos policiais que se fixem nas fronteiras. Apesar de nós, enquanto Conselho não tivemos a oportunidade para opinar, que haja estímulo ao policial que se fixa na região fronteiriça, um programa de incentivo a este policial. **O Presidente em exercício** faz a proposta de pauta como foi encaminhada, e proposta sugerida. Propostas urgentes: são ou não urgentes? Sai IPEA, o Genocídio vai para a Câmara Técnica, estas propostas discutidas urgentes serão colocadas em pauta, se não elas serão relacionadas para a pauta da próxima reunião ordinária. **O Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Marcos Costa** por uma questão de ordem, eu fiz um resumo das propostas. **Presidente em exercício** autoriza a palavra a **Conselheira Tereza Cristina** sugere a organização em tópicos. **Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Tião Santos** sugiro ler todas as propostas a fim de esclarecimento. **Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Luis Carlos Nóbrega** eu não concordo, é muito difícil enxugar todas estas propostas, pois corremos o risco de que haja injustiça, sugiro que se vote proposta por proposta para averiguar as urgentes. **Presidente em exercício** em votação, a proposta do Conselheiro Luis Carlos Nóbrega ou Marcos Costa, analisar a urgência dos pontos e fazer o encaminhamento. Em votação na urgência dos pontos para esta reunião. **Presidente em exercício** autoriza a palavra ao **Conselheiro Marcos Costa** Conselheiro Nóbrega eu não tirei nenhuma proposta só organizei. **O Presidente em exercício** solicita que o Conselheiro Marcos Costa leia sua proposta. Urgência do ponto: 1-resolução da campanha do desarmamento; (17 é igual), 2- comissão para tratar a greve dos bombeiros no Rio de Janeiro; dentre a leitura de todos os pontos de pauta citados. **O Presidente em exercício** ressalta que o trabalho do Conselheiro Marcos Costa foi muito bem feito, entretanto sugere a leitura sistemática de todos os pontos detalhados o que serão incluídos na próxima pauta, temos que decidir aqui não a relevância, mas a urgência do tema para esta reunião. Em votação: 1-Recomendação sobre a campanha do desarmamento (aprovada), 2-Criação da comissão sobre bombeiros do Rio (aprovada), 3-Questões administrativas das reuniões (rejeitada), 4-participação dos suplentes nas Câmaras Técnicas (esclarecimento) do CONASP (rejeitada), 5-exposição política do CONASP (rejeitada), 6- Apresentação geral da Política Nacional de Segurança Pública para o CONASP (rejeitada) **O Presidente em exercício** autoriza a palavra a **Conselheira Cintia Ciarallo** (informe) não deve ser apenas um informe, mas uma informação fundamental. Os prazos não estão sendo respeitados, nem dos Conselheiros nem da Secretaria-Executiva, que essa dinâmica seja observada, eu fiz sugestões à pauta e não fui contemplada. **Presidente em exercício** autoriza a palavra a **Conselheira Célia** preocupação quanto à publicização democrática das informações circuladas claramente a todos os conselheiros, as colocações da Conselheira Cintia são pertinentes e devem ser consideradas como prioritárias. A proposta 6 é precípua básica para exercermos o controle social. **O Presidente em exercício** solicita a Secretaria-executiva que faça a publicização e feed-back aos conselheiros que proponham pauta.

Continua a leitura dos temas de pauta: 7-Ausência sistemática da presidente do CONASP (rejeitada), 8-Resolução da Mesa Diretora e sugestão a alteração no Regimento Interno, não está em pauta, houve o envio a todos os Conselheiros e não houve manifestação. **O Presidente em exercício** solicita ao **Conselheiro Marcos Costa** que esclareça. Este diz que a proposta foi feita em João Pessoa e como a Conselheira Tereza não foi contemplada, foi adiado a próxima reunião. É uma alteração no regimento Interno. 9-Realizar a próxima reunião de agosto em Brasília (rejeitada) 10-Cortes do orçamento do Ministério da Justiça (enviada pelo Conselheiro Alexandre Ciconello em fevereiro/2011 – discussão como informe) (rejeitada). **Conselheira Cynthia Luz** não penso que deva ser informe, tem que ficar como urgente na pauta e não se dilua nos informes. **Conselheiro Agadeilton**: No momento em que for discutir o PPA, incluir questões gerais de segurança na pauta, sugere discutir os cortes do Ministério da Justiça junto a apresentação sobre o PPA no Fórum Inter Conselhos. 11, 12, 13 e 14 (para conselheiros dos estados) 15-discussão da existência dos suplentes dos convidados (rejeitada), 16-participação do CONASP na Conferência da Juventude (aprovada), 17- 18- Conselheiro Marcio Marins só para complementar a urgência do item 16, mas a participação do CONASP nas Conferências. Este ano serão cinco correlatas ao assunto da Segurança Pública. **Presidente em Exercício** 19- Discussão sobre morte no transito (rejeitada) Conselheiro Vicente Mariano não vê como urgente para esta reunião mas é de grande relevância discutirmos o tema. Relacionar com a Câmara Técnica de Mobilização 20. Projetos de Lei sobre os Conselhos Estaduais para discussão na Câmara técnica de mobilização, o Conselheiro ressalta a importância de se fazer a interface entre o CONASP e os Conselhos Estaduais de Segurança Pública. (rejeitada no pleno) 21- Programa de incentivo aos policiais de fronteiras (aprovada) o **Conselheiro Luis Carlos Nóbrega** ressalta a urgência do ponto. **O Presidente em Exercício** ressalta que esta temática está sendo discutida na SENASP. Vamos encaixar a maioria destes assuntos no lugar do IPEA e do genocídio da Juventude Negra. A **Secretaria-Executiva** informa que tem Câmara Técnica que não envio Plano de Trabalho, nem Resolução. Informa que falta uma Câmara Técnica e estas precisarão se articular, pois a Câmara só existe com a aprovação da Resolução e este é o primeiro ponto para a tarde. **Conselheira Tereza Cristina** nós pedimos outra reunião, fechamos a resolução, mas ainda não fizemos o Plano de Trabalho. O Presidente em Exercício informa que os Planos poderão ser construídos na manhã seguinte e ser discutida na sexta-feira no Plenário. Declara a pausa às treze horas e quarenta e sete minutos com a previsão de retorno para as quinze horas. O **Presidente em Exercício** reabre a reunião às quinze horas e trinta e um minutos. A **Secretaria-Executiva** repassa como ficou a pauta final (Resolução da criação da Mesa Diretora que auxiliará a Secretaria-Executiva, apresentação das Resoluções das Câmaras Técnicas, apresentação dos representantes do CONASP no PPA e dos cortes orçamentários, aprovação da recomendação sobre a Campanha do Desarmamento, apresentar o esboço do Conselheiro Tião, participação do CONASP na Conferência de Juventude, Programa de incentivo aos policiais que trabalham nas fronteiras) vamos ler a Resolução de criação da Mesa Diretora, teremos que alterar o Regimento Interno. Faz a leitura da Minuta da Resolução de criação da mesa diretora, Grupo representativo como órgão auxiliar do Plenário e da Presidência. **Presidente em Exercício** declara aberto para debate. Autoriza a palavra ao **Conselheiro Heder** definir uma recondução ou quantas forem necessárias. Parágrafo 1º admitida com uma recondução. **Conselheiro Tião** ao invés de seis meses que seja de um ano de mandato da comissão e de um ano com recondução, dá dois anos. **Conselheiro Tião** pode retirar a minha proposta. Sugiro extensão do mandato de seis meses para um ano. Retirada a proposta do Conselheiro Tião. **Conselheiro Marcos Dias**, acho que seis meses é pouco. Tem que ser por um ano e mais um de a recondução. **Presidente em Exercício** são três titulares e três suplentes ou seis titulares. **Conselheiro Marcos Costa** seis pessoas, duas por segmento, sete com o Presidente. No Conselho Nacional de Saúde são seis titulares e um presidente. A idéia do grupo representativo é preparar a reunião. Seis sem suplentes, dois de cada segmento, então já está representativo. **Conselheiro Sá Ribas**: seis meses com recondução já da um ano, há a preocupação quanto ao tempo e a recondução, assim vai tolher a participação de maior número de conselheiros, democraticamente aceitável é uma recondução. **Conselheiro Tião** se tem um ano de

mandato, não há necessidade de recondução. Entre seis meses com recondução, o mais lógico é um ano sem recondução, pensando nas questões objetivas, composto por quatro conselheiros para a mesma do CONASP. A gente tem seis pessoas que mensalmente se deslocam para Brasília. Se utilizássemos a proporção, teríamos dois representantes da sociedade civil, um trabalhador e um gestor, é mais econômica. **Conselheiro Agadeilton** a idéia de quatro não perfaz matematicamente a proporcionalidade, então eu voto que seja quatro, três ou dois para cada segmento. **Presidente em Exercício** ponderar duas questões: seis conselheiros se dedicando a atividades paralelas, proponho que sejam três conselheiros. Minha proposta é três titulares e três suplentes. Lê o texto com abertura para comentários dos conselheiros. **Conselheiro Marcos Costa** a presidência vota no caso de não chegarem a um consenso. Sugiro seis conselheiros, se for uma, esta pelo segmento, os segmentos que escolhem o embaixador do segmento. **Presidente em Exercício em Votação:** Opção a: três votos, Opção b: dezessete votos e Opção c: um voto, portanto serão três titulares e três suplentes, um de cada segmento e os conselheiros serão escolhidos por seus próprios segmentos. Na sexta-feira, na primeira hora, cada segmento indica o seu representante. Em votação acerca da recondução. **Votação:** Opção 1: um voto, Opção 2: nove votos (seis meses com uma recondução), Opção 3: três votos e Opção 4: cinco votos. **Conselheiro Agadeilton:** fazer segundo turno, pois nove não foi um voto maior do que o somatório dos outros. **Presidente em Exercício** Aprovado o Mandato de seis meses com uma recondução. Discussão entre os conselheiros sobre maioria simples ou absoluta. Duas questões, todos concordam com o resultado anterior. Portanto são três conselheiros com três suplentes. Em Votação: opção 2: dezessete votos e opção 3: um voto, portanto três conselheiros um de cada segmento com o mandato de seis meses admitida uma recondução. Parágrafo único: Os representantes serão escolhidos pelo próprio segmento. Sexta-feira na primeira hora cada segmento indicará seu representante. **Conselheiro Benito** é só votar se e maioria simples ou absoluta no turno, de acordo o item. **Conselheiro Marcos Costa** esclarece o que é maioria simples e absoluta, a simples é dos presentes e absoluta do numero total de conselheiros. Conselheiro Tião a maioria simples é atraso, a absoluta é mais democrática. **Conselheiro Luis Carlos Nóbrega** só uma preocupação pragmática, se tudo o que for discutido for para segundo turno, democracia não necessariamente segundo turno, há países que não tem segundo turno e abstenção é referente a voto nulo ou branco, não é computável. Se tudo o que tiver dez votos ou três, quatro propostas, se fosse apenas duas seria diferente, somos instituições diferentes com posturas ideológicas distintas. **Conselheiro Vicente Mariano** ratificar e reforçar o que Luis Carlos falou e a forma do segundo turno empurra ao conselheiro um voto contrario, que vai ou não fazer. Maioria simples é melhor. Maioria simples sem segundo turno ou Maioria absoluta com segundo turno. Seis meses com uma recondução vencida com dez votos. Resolução aprovada. **Secretaria-Executiva** Inicia-se os trabalhos de aprovação das Resoluções das sete Câmaras Técnicas, cada uma apresenta sua Resolução e no final faz a discussão, será indicado quem é o responsável da Secretaria-Executiva em cada Câmara. **Conselheira Cintia Ciarallo** se é possível eu fazer a Resolução. A **Secretaria-Executiva** ressalta que o **Conselheiro Benedito Mariano** chega hoje a noite e amanhã vocês podem construir juntos e apresentar. **Conselheira Cynthia Luz** só muda os objetivos e metas. Resolução da Câmara de Políticas Públicas e Financiamento **Conselheiro Alexandre Ciconello** os membros são Alexandre, Agadeilton e Wantuir, que hoje está seu suplente o Conselheiro Diógenes. E a Flávia enquanto Secretaria-Executiva. Leitura da Resolução. **Conselheiro Agadeilton** sobre a gestão orçamentária e financeira. **Conselheiro Sá Ribas** Ver artigo 1º. Ressalta o caput antes no artigo 2º inciso I sobre as políticas de Segurança Pública e seu financiamento. Parágrafo 1 – correção nos verbos. correção no artigo 1º (verbo e tirou missão). Sugerir os verbos no modo indicativo. Resolução da Câmara de Discriminados. Orientações do **Conselheiro Márcio Marins** (Grupo discriminados) podem ser atribuídos a todas as Câmaras: Tirar policiais e colocar de segurança publica e prisionais. Colocar outro inciso, acompanhar os debates realizado em instituições internas e externas do Ministério da Justiça que tratam de grupos discriminados. Artigo 7: comitê gestor, indicar os membros do comitê técnico. **Presidente em Exercício** duas propostas 1) colocadas pelo Conselheiro Márcio Marins e 2) Conselheiro Marcos Dias suprimindo o inciso todo. Retirar a posição

institucional. **Conselheiro Tião** suprime o inciso ou não, se mantém ou não o termo institucional. **Presidente em Exercício**. Votação: mantido o inciso, supressão do termo institucionalmente. **Conselheiro Márcio Marins** faz a leitura e sugere as correções. **Conselheira Cynthia Ciarallo** art 2º inciso II acompanhar e participar dos grupos e debates, posicionando-se a respeito. Inciso VI correções constantes na resolução. **Conselheiro Sá Ribas** temos que nos atentar ao modelo, antes do artigo 1º, nós estamos pecando por excesso na redação, sugiro ajustar e suprimir os excessos. O **Conselheiro Marcos Dias** sugere a supressão do inciso VI. O **Presidente em Exercício** em votação manter o inciso VI – 11 votos e a supressão do inciso VI – três votos, manter sem a palavra institucionalmente – 11 votos (aprovada). A representante da Secretaria-Executiva nesta Câmara é a servidora Anita que não está presente. 2 Resolução da Câmara Gestão da Informação **Conselheiro Celito** faz a leitura da resolução e pede uniformidade geral das Resoluções das Câmaras. **Conselheiro Marcos Costa** também pede uniformidade na parte geral das Resoluções. **Conselheiro Marcos Dias** acho que não é necessário criar comissões dentro da Câmara Técnica, bem como ressalta que casa Câmara tem sua peculiaridade e finalidade. **Conselheiro Heder de Oliveira** sugere os indicadores de monitoramento e controle. **Conselheiro Agadeilton** sugiro também os indicadores de desempenho. Os representantes da Secretaria-Executiva são a Cintia e o Sady. Resolução da Câmara de Articulação e Mobilização **Conselheira Eliana** Articulação e Mobilização. Comitê gestor e comitê técnico, um comitê de articulação. Acrescentou o comitê de articulação e mobilização social (cap 4) o que faria o comitê gestor Atribuições de cada comitê. Criação de conselhos estaduais e municipais de segurança pública e comunitários, mobilização em torno da temática da segurança pública. Discussão sobre conselhos comunitários. Leitura da Resolução. **Conselheiro Geraldo**: autonomia da comunidade. **Conselheiro Sá Ribas**: preocupação do Ministério com a criação de conselhos consoantes com as órbitas do Ministério da Justiça Augusto: o Ministério fomenta a criação de conselhos nas três órbitas. **Conselheiro Tião Santos**: contemplado, alerta para quando colocam no papel parece que resolvem. Comandantes que presidem conselhos comunitários, "chapa branca". **Conselheiro Vicente Mariano** entrou em contato com o comando da Polícia Militar e Bombeiros sobre o interesse do CONASP se reunir com eles para tratar da paralisação, ainda não teve um retorno e está aguardando. **Conselheira Eliana** Comitê de articulação; Criação de conselhos estaduais e municipais. **Conselheira Célia** quando esta sendo posto a mobilização social, uma é essa relação a respeito das interfaces a serem construídas federativamente. **Conselheiro Geraldo** autonomia da comunidade é altamente fundamental. **Conselheiro Sá Ribas** corroborando com todas os posicionamentos dos colegas, sugiro uma alteração (tendo como referencia o CONASP e os Conselhos Comunitários) para que possam desenvolver os trabalhos da forma mais livre possível. **Conselheiro Tião** contemplado com Sá Ribas, ressalto que sugerimos os GGIM, mas não há efetivação destes, e que há também sociedade civil, não só gestores. Concorda com Sá Ribas mas acha que tem que ir além, a fim de que se possa redemocratizar e ter efetividade. **Presidente em exercício** ressalta que há Conselhos que funcionam, ex. Minas Gerais, mas concorda com a necessidade da efetividade. **Conselheiro Sá Ribas** – dispositivo que trata da finalidade, art 2 inciso IV, constituir um sistema que possibilite monitorar a efetivação. **Conselheira Eliana** concorda. **Presidente em exercício** encaminha para a votação. Resolução da Câmara de Instituição Policial **Conselheiro Gandra** apresentação dos Conselheiros, leitura da Resolução. **Conselheira Cynthia Luz** fala sobre as alterações. **Conselheiro Gandra** ressalta que pensava que seria apenas uma resolução para todas as Câmaras, mas agora está entendido. **Conselheiro Benito** artigo 2 inciso I, inserir relativos no âmbito das instituições policiais. **Conselheira Cintia Ciarallo** inserir o termo saúde. **Conselheiro Benito** aumentar a credibilidade, as condições de saúde. **Conselheiro Luis Carlos Nóbrega** políticas de segurança terão reflexo nas instituições inciso I. **Conselheira Cynthia Luz** é promoção da saúde profissional inciso V. **Conselheiro Gandra** insere parágrafo único. Resolução da Câmara Sistema Prisional e Acesso à Justiça **Conselheiro Heder** propor a defensoria pública, aperfeiçoar o sistema prisional, Propor ao Pleno – inciso V. **Conselheiro Marcos Costa** o fortalecimento do sistema judicial federal; inserção de incisos quanto ao CNMP, conselhos penitenciários e órgãos judicial-criminal. **Conselheira Teresa** sugere

complementações à Resolução. **Conselheira Célia** pontuações referentes ao acesso à justiça enquanto acesso ao Poder Judiciário. Propostas de justiça cidadã com equidade. **Presidente em Exercício** propõe a votação. **Conselheiro Marcos Costa** defende alteração. **Conselheiro Geraldo** também. Aprovado o texto alterado. **Conselheira Cintia Ciarallo** e **Conselheira Tereza Cristina** pontuam a correção dos incisos da resolução; **Conselheira Cintia Ciarallo** e **Conselheira Cynthia Luz** fazem apelo para postergar a conclusão desta resolução para o segundo dia. **Conselheiro Marcos Costa** sugere duas novas redações. **Conselheiro Alexandre Ciconello** ressalta que é transito social. **Conselheira Tereza Cristina** acho que está se criando tempestade em copo d'água. O que cabe ressaltar é que a **Conselheira Cintia Ciarallo** pede para trazer as considerações amanhã. **Conselheiro Tião Santos** ressalta o cansaço de todos, e que só falta encontrar um termo que explique melhor o termo do inciso X. **Conselheiro José Neves** eu também sou militante e há a ausência de militância no sistema prisional. Um dos temas que é fundamental nesta Câmara, pois é visto como o fundo do poço na Segurança Pública tem razão quem defende o preso, o trabalhador no sistema prisional, eu acho pertinente propor que continuemos a discussão. O **Presidente em Exercício** propõe encerrar a reunião. **Conselheiro José Neves** propôs o inciso XI. O **Conselheiro Marcos Dias** ressalta a reunião para as 10 horas do dia seguinte com o Corregedor dos Bombeiros do estado do Rio de Janeiro e faz a leitura da Resolução dos Bombeiros. O **Presidente em Exercício** encerra o primeiro dia de reunião às vinte horas e trinta minutos. Inicia os trabalhos do segundo dia às nove horas e treze minutos, os trabalhos foram iniciados com a apresentação da Resolução de Apoio do CONASP à Campanha do Desarmamento que será entregue ao Ministro da Justiça. **Conselheiro Benito** expõe uma dúvida em relação a inutilização da arma. O **Presidente em Exercício** consulta se pode ser três inscrições para a Resolução do Desarmamento e logo após a apresentação do PPA 2012-2015 pelo **Conselheiro Agadeilton** todos concordam. **Conselheiro Tião Santos** fala brevemente sobre a Recomendação ao Ministro da Justiça e passa a palavra ao **Conselheiro Benedito Mariano** que lê o texto produzido pelo Conselheiro Marcos Dias. O **Presidente em Exercício** discute entre os conselheiros, aprovada pela maioria, pela inutilização da arma no ato da entrega. Explica ainda a função da inutilização que é danificar para não ser reutilizada. Coloca a Recomendação em votação, aprovada. Autoriza a palavra ao **Conselheiro Agadeilton** sobre a apresentação do PPA. Apresentarei um relatório que o grupo fez sobre o Fórum Interconselhos para elaboração do PPA. Quero louvar a atitude da Presidência da República ao abrir o debate à sociedade para elaboração do PPA. Sem dúvida o PPA é a discussão mais importante das ações do estado brasileiro no momento. Deixo meu lamento de que este Conselho não teve acesso aos projetos do Ministério da Justiça antes do PPA. A gente foi surpreendido com o convite da Secretaria-Executiva e da Presidência para este Fórum. A gente foi sem informação e teve que tomar decisões individuais. Você está legitimado porque foi indicado pelo Conselho, entretanto não está legitimado pela vontade. Acho que fizemos o que estava no nosso alcance. Depois disponibilizarei a todos o relatório, pois apresentarei de forma resumida. Antes gostaria de enfatizar, esta discussão deveria estar enriquecida com a apresentação do Ministério da Justiça, principalmente da diretoria de Projetos, mas que infelizmente, por motivos desconhecidos, esta apresentação não aconteceu. Minha proposta é provocar uma Reunião Extraordinária no mês de julho com técnicos do Ministério do Planejamento e do Ministério da Justiça para entendermos o PPA e as propostas que podem ser feitas. Segue uma introdução sobre o apanhado da indicação dos conselheiros, que todos vocês conhecem. Sete representantes do CONASP, quatro da Sociedade Civil (Márcio Marins, Tião Santos, Almir Laureano), e três dos trabalhadores (Agadeilton Menezes, Gandra e Heder de Oliveira). O fórum foi realizado pela Presidência da República e pelo Ministério do Planejamento. O que foi mais enfatizado foi a multisectorialidade das ações, vocês podem perceber que foi uma discussão muito técnica. O evento ocorreu nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de maio, no dia vinte e três nos reunimos no CONASP com a Secretaria-Executiva, dois servidores do Ministério do Planejamento, um servidor da Presidência da República, o Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da SENASP, a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e o Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (CONAD) além da participação de um Coordenador da Diretoria de

Projetos, que nos deu uma noção inicial do PPA elaborado pelo Ministério da Justiça. O objetivo principal do Fórum é a dimensão estratégica, os valores e macro desafios e como seria o monitoramento participativo no período de exposição do plano, bem como os aspectos que devem ser tratados com ênfase no que tange a multisectorialidade dos programas e sua inserção no contexto regional do país. Quero ressaltar a grande importância de se discutir o PPA antes de se levar a um fórum como o interconselhos para se sentir a impressão dos Conselhos Nacionais. O primeiro dia do Fórum, ou seja, dia vinte e quatro, houve o ato solene com dois Ministros de Estado: Planejamento e da Ministra-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Após o protocolo foi informado na plenária com mais de trezentos integrantes de Conselhos Nacionais e Entidades convidadas, a metodologia que consistiu basicamente na divisão de todos os Conselheiros, dos trinta e cinco Conselhos, em nove grupos que foram de acordo quatro Eixos Temáticos, dez programas apresentados. No primeiro dia tirar a partir dos dez programas apresentados, a alocação em grupos foi aleatória, o que a gente achou improutivo, pois deveríamos estar alocados em grupos de nossos interesses, que seria de direitos e cidadania. Eu, por exemplo, fiquei na de erradicação da miséria. O interesse era focar a transversalidade, ou seja, no eixo de miséria e pobreza que nos devíamos relacionar à segurança pública. Esse primeiro dia, a possibilidade de contribuição, na análise do grupo, foi muito pequena, primeiro pela dificuldade técnica do grupo e pelo tempo que nos foi dado para esta tarefa. Tínhamos duas perguntas relacionadas a este objetivo e analisar a intersetorialidade. Tínhamos meia hora para responder se atendia ou não, no caso negativo apresentar alterações e inclusão de novos programas. **Conselheiro Heder de Oliveira** dentro desta lógica de trabalho, no meu grupo saímos com quarenta e duas propostas, sendo que a segurança pública é discutida transversalmente, e destas tínhamos que tirar três prioridades. A impressão que tive foi que o PPA estava pronto e nos chamaram para referendar. O PPA está diferente, antigamente ele era definido pela rubrica, a dificuldade do trabalho foi que a questão da segurança pública por mais que conste nos dez macro desafios, ele não estava como foco central, mas nós que tivemos que inserir o tema da segurança pública nos temas transversais, se nós não estivéssemos lá não teria discussão nenhuma sobre Segurança Pública. **Conselheiro Tião Santos** na linha do companheiro Heder, me pareceu bastante louvável é que foi além do orçamento, a partir de uma estratégia de governo, chamou a sociedade mesmo que apenas para legitimar as ações. . Mesmo que tenhamos ido para referendar já é um passo, estamos avançando. Concordo com o atropelo, nos tivemos a informação que muitos ministérios sentaram anteriormente com o planejamento, nos não tivemos, sentamos um dia antes o que foi muito ruim. Outra questão é os pontos mais atentos era o monitoramento e avaliação do PPA e houveram várias propostas e vários grupos disseram que deveria haver um fórum permanente e que o contingenciamento tivesse um limite. A questão da Segurança Pública terá que ser discutida com o Ministério do Planejamento, para que seja legitimada com o Ministério da Justiça. **Conselheiro Agadeilton** no segundo dia, foi um modelo similar e a cada final de debate eram escolhidas três propostas de cada grupo e três propostas levadas para a plenária. A análise era feita voltada para o aspecto da regionalidade, focada no controle. Tivemos dificuldade de pautar sobre segurança publica dentro de tantas propostas que deveriam ser resumidas a três. Alguém falou da exploração sexual de mulheres no nordeste, isto é problema de que? Segurança Pública. Quando conseguimos analisar as varias propostas das pessoas, conseguimos ver a transversalidade da segurança pública. Passando a ser a primeiro tema a ser incluído nas propostas. Assim a segurança não pode ser vista só de forma direta, mas na transversalidade. Foi isso que o PPA quis trazer. Fizemos a analise transversal do tema e vimos amplamente a Segurança Pública. Vocês imaginem a dificuldade de reduzirmos a três. Eles disseram que toda sugestão será submetida, mas o foco acaba ficando nas três apresentadas dentro da plenária. Assim não sabemos se tudo que foi produzido tornará realidade no PPA. Como eu falei, no segundo dia o planejamento apresentou pontos regionais e a segunda parte do trabalho dos grupos foi pensar no controle do PPA, como já colocado pelo Conselheiro Tião. Sobre o controle apresentamos cinco propostas na plenária e três dos impactos regionais. Apresentarei os eixos temáticos e os programas. Programas temáticos: 1. Projeto Nacional de Desenvolvimento. Apoiar o avanço científico-

tecnológico, com geração de emprego, 2. Superação da pobreza extrema, 3. Conhecimento Educação e Cultura, acesso da população brasileira a educação, 4. Saúde, educação e cultura, 5. Cidadania, 6. Infraestrutura, 7. Democracia e participação social, 8. Integridade e Soberania Nacional, 9. Segurança pública e 10. Gestão Pública, divididos como dez Programas Temáticos com os macrodesafios nos quatro Eixos Temáticos: Eixo 1 – Desenvolvimento Econômico (grupo um e dois) Conselheiro Heder de Oliveira acompanhou, Eixo 2 – Infraestrutura e PAC (grupos três e quatro), Eixo 3 – Erradicação da Miséria (grupos cinco e seis) eu acompanhei e Eixo 4 – Direito e Cidadania (grupos sete, oito e nove) Conselheiros Marcio Marins, Tião Santos, Gandra e Almir Laureano. O Grupo nove, Promover a Segurança Pública, nós o sugerimos como o quinto Eixo Prioritário como Segurança Pública e Qualidade de Vida. Estas e mais quarenta e seis propostas tinham que ser reduzidas a três e só foi citada de forma direta por mim e o Conselheiro Heder num grupo de trinta pessoas. **Conselheiro Heder de Oliveira** para o Conselho deixamos a contribuição, pois o lei diz que deve passar para uma revisão e o PPA pede para registrar em ata que a contribuição foi muito grande para que ao próximo Conselho não caia de pára-quedas como nós, mas que tenha acesso às informações necessárias com a devida antecedência. **Conselheiro Agadeilton** critica de como fomos hospedados, fomos distribuídos de forma aleatória, inclusive fomos informados que iríamos dividir quarto com os membros do nosso Conselho e isso não aconteceu e dificultou a interlocução. Foi do ponto de visto da organização bastante complicado. O PPA inova, tem trezentos e sessenta e oito objetivos e na Segurança Pública temos dez programas. O que vai ser reduzido de trezentos e sessenta para sessenta. Para a Segurança Pública, só dois, Segurança Pública e enfrentamento ao crack e outras drogas e atuar na formulação de diretrizes e monitorar as ações. Sobre as Política de Segurança Pública não está sendo feita nesse Conselho, o governo vai entregar em agosto. Trago minha impotência como Conselheiro, o CONASP não está formulando as políticas. O Conselheiro Alexandre fez um pedido em fevereiro, embasado no Regimento Interno, quais as prioridades orçamentárias e ainda não tivemos retorno. O Daniel da SENASP apresentou uma estratégia delineada, mas não foi apresentada ao CONASP. Há um equívoco estratégico sobre o conceito de Política Pública de apresentar formulação pronta ao CONASP, a SENASP deve ter suas razões. Temos que conversar, pois a seqüência do PPA depende da participação efetiva do CONASP com a SENASP nesta construção. **Conselheiro Alexandre Ciconello** gostaria de contextualizar politicamente o PPA, o governo Dilma tem quatro eixos estratégicos e cada um terá uma estrutura de gestão, o que é inovação perto do governo Lula. Foi lançado na semana passada o Programa de Erradicação da Miséria, o Eixo que tem maior relação com a Segurança Pública será coordenador pelo Rogério Sotilli, que já foi da SED. Hoje na Segurança Pública, o PPA tem trezentos e sessenta programas, hoje temos dez programas (do governo Lula que ainda está vigente). Dos trezentos e sessenta, será reduzido para dez. Na área de Segurança Pública são apenas dois, o Programa de Segurança e o Programa de combate ao crack, que é prioridade para a Presidenta. A discussão sobre as políticas de Segurança Pública, não está sendo feita neste Conselho, o governo vai entregar todas as propostas para o Congresso em agosto, assim gostaria de deixar a minha sensação de impotência diante do PPA. O PPA está sendo formulado agora, desde fevereiro tenho solicitado os recursos, a apresentação dos programas, o que é previsto regimentalmente. O Daniel apresentou o Planejamento do Ministério da Justiça em uma hora, mas que foi extremamente proveitoso. Apresentou o Pacto de Homicídios, a Política de Fronteiras, várias informações, mas que nós não sabemos. Eu acho que é um equívoco estratégico a SENASP pretender apresentar os Projetos assim que eles já estiverem acabados, prontos. Isto deveria ser passado por nós, anteriormente, dentro do processo, discutir o que está sendo pensado, a gente vai perder o bonde desta discussão. Ainda daria pra fazer esta discussão, mas não vai acontecer. E em outros locais esta discussão está acontecendo. É isso. Acho uma pena este Conselho não ter estas informações. **Conselheiro Gandra** nós participamos das reuniões e queremos saber se nossos reclames estão chegando a quem é de direito. **Conselheiro Tião Santos** sugere cinco minutos de intervalo, um encaminhamento, vão sair daqui onze conselheiros, nós podemos suspender os trabalhos, precisamos votar este tema, pela importância do tema, e para resolver não será rápido ou

com a ausência de onze conselheiros. Pode iniciar as Câmaras Técnicas e voltamos esta discussão depois do almoço. O **Presidente em Exercício** coloca em votação, Votação: aprovada. Intervalo. A Secretaria-Executiva sugere as salas de reunião das Câmaras Técnicas. Reinício das atividades às dezesseis horas e dez minutos. **Conselheiro Agadeilton** sugere Reunião Extraordinária do PPA para se discutir o PPA de Segurança Pública antes do mês de agosto. **Conselheiro Benedito Mariano** prioridades e diretrizes da Segurança Pública no PPA, sugestão de pauta, nós não tivemos reunião com a Senasp nem com o ministro, temos seis meses de trabalho do Conselho Efetivo este ano e ainda não tivemos estas reuniões. Temos que conhecer as diretrizes e não só pelos jornais. Que com todo respeito com o Presidente, quando era Conselho Provisório em todas o Secretário participava e o Ministro às vezes e neste Conselho nada ainda. Vou retomar a fala do Alexandre. Por mais relevante que seja os Projetos e Eixos do governo Dilma, nós sabemos quando se prepara o PPA, cada área tem um prazo para enviar, Acho estranho atender o geral e não atender o específico. Para mim é importante saber quais os planos do Ministro Jose Eduardo Cardoso no Governo Dilma. Como todo respeito aos colegas, eu não acho que temos que aprofundar nos temas do governo, e sim no que interessa a segurança publica. A minha sugestão não é discutir uma extraordinária, nós temos que ter uma Reunião Extraordinária com o Ministro para sabermos a relação das propostas do Ministério, é nisso que temos que opinar. Se perguntarem para qualquer Conselheiro quais as diretrizes do Ministério da Justiça, ninguém sabe responder, este deve ser o nosso foco. Temos que discutir o essencial, já temos seis meses do novo governo. Este Conselho tem menor referência para o Ministério do que o Provisório, o Provisório discutia mais a política, essa é a quarta reunião e ainda não tivemos uma reunião com a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Ministro. A nossa Extraordinária tem que ser a nossa relação com o Ministério, na presença do Ministro. Acho que nós merecemos se não dá para contribuirmos com as diretrizes, temos que pelo menos conhecê-las. **Conselheiro Agadeilton** a minha sugestão não foi discutir todo o PPA, mas o PPA da Segurança Pública. Este é meu apelo. Concordo com que o Benedito bem colocou. **Conselheiro Benedito Mariano** eu encerrei. Esta reunião não deve ter apenas como pauta o PPA, mas a relação do CONASP com o Gabinete do Ministro. Quando era Conselho Provisório, o Secretario de Segurança Pública participava e até o Ministro passava. **Conselheira Raquel** a minha fala vai na mesma direção. Eu que fiz parte do Conselho Provisório, concordo com a fala do Benedito. Manifesto minha preocupação coletiva de um processo de esvaziamento progressivo deste Mandato, enquanto Provisório nós tínhamos um objetivo específico. Quando queríamos debater alguns temas, diziam que não era o momento, que o definitivo que debateria os temas substantivos, contudo não é isto o que acontece. Está na hora de termos informações, respostas, como disse o Alexandre, o pedido foi feito em fevereiro, reiterado em março. Nós precisamos saber o porque. Parece que é uma opção clara do Ministério da Justiça de não repassar as informações. É complicado discutir e debater a política sem informações, sem nem mesmo discutir a política do PRONASCI. A ausência da Secretaria é sentida, me preocupa quando temos uma Reunião de três dias e continuamos a debater estrutura e não tratar de temas substantivos. **Conselheira Analba** concorda com a fala de Alexandre, Mariano e Raquel. Estava no inter conselhos como observadora, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher dispôs informações sem saber qual a informação e as Conselheiras pautaram o que acharam importante e em reunião anterior foi apresentada a elas as políticas da Secretaria, as Conselheiras puderam se balizar, foi feita uma articulação para influir no fórum inter conselhos. Nós do CONASP, não sei como eles conseguiram chegar lá sem saber as prioridades do Ministério da Justiça. Acho que temos que conhecer as prioridades, é urgente, como Conselho, lembrando que não foi o Ministro que chamou, foram as Conselheiras que pautaram e conseguiram a reunião. Em relação à Segurança Pública, mesmo o PPA, nós tínhamos que estar em todos os Eixos, nos cabe em infra-estrutura, em desenvolvimento, temos que passar por todos os Eixos. **Conselheira Cynthia Luz** a angustia é coletiva e unânime. Quando Alexandre falou da entrega do PPA no Congresso Nacional em agosto, colocou claramente a gravidade da situação que o CONASP se encontra, nossa falta de informação e opinião é total. Sei que os Conselhos não vão mudar mas temos o direito de opinião e informações sobre a política de governo.

Não é casual, é uma mudança de política do governo Dilma com o governo Lula. Nós não temos conhecimento, a nossa falta de informação e opinião é total, tenho plena consciência dos limites do Conselho e do governo. Acho que temos direito a opinião das coisas, direito a informação e opinião. Faço uma leitura de que não é uma coisa casual, por causa das datas, acho que é uma mudança política do governo Dilma, temos uma Regina Miki hoje e tínhamos outra no governo Lula. Não é justificável problema de agenda, é falta de prioridade política. Está havendo retrocesso na falada democracia participativa, está havendo um retrocesso e nós somos exemplo disso, infelizmente. A gente tem que fazer a leitura política da postura reiterada a nós, a Regina não está cumprindo os acordos conosco. O novo perfil do governo federal e do Ministério da Justiça. A situação da sociedade civil tem sofrido cobrança efetiva para a proposta de construção de política pública. As Câmaras Técnicas estão atrasadas e não vai atingir as bases, é ineficaz. Hoje nos é exigida uma postura, sugiro a Reunião Extraordinária e que as outras Ordinárias sejam suspensas até se resolvermos esse conflito.

Conselheiro Marcos Rezende estamos trabalhando para quê, para quem e já que não sabemos de nada a Conselheira Cynthia já colocou bem o que penso. Sempre pensávamos que na próxima reunião ia acontecer uma coisa diferente, o que o Conselheiro Mariano disse termos uma reunião com o Ministro antes da próxima Reunião Ordinária. Não vejo um motivo de virmos nos reunir, se não sabermos a nossa situação. Nem sabemos o que deu os Princípios e Diretrizes da CONSEG. É um desgaste para este Conselho, desprestigiado, desempoderado. Pior é quando formos para a rua dizer que fazemos parte de um Conselho que não existe. Assim não devemos ter outra Reunião Ordinária antes de falar com o Ministro, isto deve ser deliberado aqui no Conselho. **Conselheiro Marcos Dias** ontem quando a Dra. Juliana Barroso esteve aqui, eu fiquei envergonhado com duas coisas que ela falou. Primeiro quando ela falou que se espelha no CONASP para a criação do Conselho Estadual. Alguns colegas trocaram olhares e sentiram, pois nos ficamos receosos, se eu tiver um contato com a Dra. Juliana a gente precisa dizer a ela cuidado, não vá nesse caminho que nós estamos, por favor, pois temos sido um conselho que até agora não tem realmente cumprido a finalidade. Tentamos, estamos tentando, mas tem um impasse, há uma indiferença, um o abandono por parte do governo. A segunda coisa que me envergonhou também, 'que a Dra. Disse que retirou da pauta do governo, uma norma que está para ser aprovada que regulamentará a criação do conselho estadual. Porque ele vai discutir primeiro com as entidades envolvidas, as entidades que vão compor esse conselho. Ai eu me lembro que fomos praticamente atropelados, violentados, talvez seja muito forte, com o novo Decreto que regula esse conselho, pois não fomos sequer avisados, depois desse Decreto já publicado, em vigor. Não sei se alguém aqui recebeu um telefonema dizendo que o Decreto do Conasp agora é outro. Eu descobri isso lendo o Diário Oficial e alertei alguns colegas conselheiros. E na primeira reunião eu lembrei isso e falei que não tem motivo mais para a gente está aqui dessa forma. Dessa forma não dá, engolir isso assim, sendo emburrado goela abaix, não adianta, não é esse o caminho. Então resumindo com a Dra. Juliana e o conselho estadual, quem é que tem que espelhar em quem. O Rio de Janeiro e a Dra. Juliana são muito mais espelho para nós que nós somos para o Rio de Janeiro. Outra questão é que nós temos um cheque a cobrar, porque hoje a Dra. Regina Miki é Secretária Nacional de Segurança Pública e tem peso no currículo dela para isso ela ter sido secretária executiva e coordenadora da 1ª Conseg. Não estou querendo dizer que ela se serviu disso mas, nós criamos uma grande expectativa em ter a Dra. Regina como Secretária de Segurança. Pensávamos que teríamos um espaço de diálogo melhor. Temos um cheque com o governo federal, pois, foram mobilizadas mais de 500 mil pessoas de entidades e organizações sociais que representam milhões de pessoas, na véspera de um ano eleitoral, o que nos criou uma expectativa em relação a este governo, o que gerou votos. O CONASP criou expectativa e achamos que teríamos espaço de discussão melhor, são milhões de pessoas representadas, nos criou expectativa e agora vimos este virar de costas para nós, concordo temos que cobrar isto. O governo nos deu um cheque e a gente não está achando a agencia, onde cobrar isto. Quero apoiar a proposta do Conselheiro Benedito e da Conselheira Cynthia com a presença do ministro. Antigamente queríamos uma Comissão para falar com o Ministro, agora não, queremos todos falar com ele, que ele saiba da nossa insatisfação, porque eu imagino que ele não

sabe. O Ministro já esteve em reuniões com a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais e ele me parece uma pessoa acessível, mas parece que tem uma força estranha que nos impede de ter acesso a ele. Queremos dialogar diretamente com o ministro. Não tem motivo termos qualquer outra reunião sem antes falar com o Ministro. Temos que ter a Extraordinária com o ministro, ele não sabe da nossa indignação, ele é acessível, nós temos esse direito. **Presidente em Exercício** Reunião extraordinária para definir o PPA que tenha a presença do Ministro e da Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Conselheiro Marcos Dias:** só o Ministro. **Conselheiro Benedito Mariano** poderíamos encaminhar primeiro a Reunião Extraordinária com o Ministro, mas ele traz quem ele quiser, de preferência a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Queremos saber os Eixos do Ministério da Justiça, as estratégias de segurança pública no PPA. Entendo a proposta da Conselheira Cynthia Luz e do Conselheiro Marcos Rezende e são diferentes, depois da reunião com o Ministro enquanto esta não houver que não haja qualquer outra Reunião Ordinária. **Conselheira Cynthia Luz** se a gente não tem contextualização do nosso papel é producente. Proponho que tenha discussão nas Ordinárias sem conteúdo a ser debatido, encaminho que se faça a votação quanto à reunião com o Ministro e quanto a segunda acho que o Conselho tem que debater. Eu não entendi o encaminhamento do Conselheiro Mariano, se a gente não tem uma contextualização prática política que estamos inseridos, então é producente a reunião na Bahia? É para manter a reunião? **Conselheiro Benedito Mariano** para encaminhamento, são duas propostas: o Plenário entende que é necessário a Reunião Extraordinária com o Ministro para conhecermos os Eixos Estratégicos neste ano e nos próximos, esta é uma proposta. A que você fez, Conselheira Cynthia, é complementar: Passarmos a uma Reunião Extraordinária enquanto esta não ocorrer, não teremos a Ordinária. **Conselheira Cynthia Luz** a primeira proposta está clara, a segunda precede uma rodada de discussão sobre ela, que mecanismo tomaremos se não formos atendidos. Eu declarei a minha posição de que não tem como se reunir, se não conseguirmos a Extraordinária, mas e os desdobramentos? **Conselheiro Tião Santos** só para não nos iludirmos, se nossa insatisfação geral é na ausência da nossa participação efetiva nas políticas pelo Ministério da Justiça não é um problema deste governo, mas de múltiplos governos. Quem pauta a política infelizmente é a imprensa, no PPA, as trezentas ações, em segurança pública a agenda é o crack. O que foi pautado constantemente pelo Jornal Nacional. A questão não é o PPA, é uma tremenda insatisfação do Conselho que não consegue interferir nas políticas do governo. O PPA já foi encaminhado, então não temos mais o que discutir. A gente quer uma reunião efetiva com o Ministro. **Presidente em Exercício** sugere votar a Reunião Extraordinária com o Ministro, votação: apenas uma abstenção registrada. Aprovado. **Conselheira Cynthia Luz** eu acho que termos que ter um cuidado para não ser quebra de braço com o Ministério da Justiça, não queremos dar ultimato, mas temos questão concreta, solicitamos de forma alterada, e se não tiver agenda até agosto, o que iremos fazer? **Conselheiro Celito** sinto que estou fazendo papel de palhaço, viemos aqui, aprovamos, pedimos e solicitamos se ninguém nos ouve, não há sentido para o CONASP se não discutir com o Ministro da Justiça. É muito mais honesto se dissermos "não conseguimos fazer, estamos dissolvendo este Conselho", se o Ministro com seis meses de governo não sabe da existência do CONASP, eu estou desistindo. Se o Ministro não recebeu a Comissão, não vejo sentido para o CONASP, estamos gastando dinheiro público, nos desgastando, se o CONASP não for recebido pelo Ministro da Justiça entregarei a minha Associação por falta de motivação a continuar. A luta continua. Participei na CONSEG, COE, no Conselho Transitório e já estou cansado de nos reunirmos. As Reuniões perderam o sentido, não é um ultimato, não falo em meu nome, mas da Federação dos Peritos Federais. **Conselheiro Marcos Dias** o CONASP perde o sentido de fazer Reuniões Ordinárias sem antes falar com o Ministro da Justiça. **Conselheiro Benedito Mariano** me sinto confortável em aceitar que só devemos ter as Reuniões Ordinárias previstas, se acontecer a Extraordinária com o Ministro da Justiça. O debate não é quebra de braço, mas queremos colocar as perspectivas e anseios e queremos ser um Órgão Consultivo para discutir Política Nacional de Segurança Pública e Diretriz, nossa função não está sendo cumprida. Eu iria defender a proposta da Conselheira Cynthia e ela retirou. **Conselheira Cynthia Luz** eu não retirei. **Conselheiro Benedito Mariano** enquanto não tem Reunião Extraordinária,

não há Reunião Ordinária. Eu me sinto confortável com esta proposta. Não acho que a solução é dissolver o Conselho, mas que nesta Reunião possamos colocar os nossos anseios e nossas frustrações, queremos ser um Órgão Consultivo da política e não sabemos o que o governo federal está fazendo, então estamos esvaziados nas reuniões. Estamos achando que nossa decisão de Reunião Itinerante nos distanciou do Ministério, de Brasília, poderíamos fazer Extraordinariamente Reunião Itinerante, mas nossa sede, o governo está em Brasília, estamos nos distanciando. **Conselheira Cynthia Luz** para esclarecer, acho que não entendi como o Conselheiro Mariano dividiu as propostas. Eu mantendo a proposta de parar a situação, não quero ganhar nada na marra, mas o nosso trabalho está estagnado pela falta de informação e chega ao ponto de desrespeito. Faço a proposta de que se apare as arestas antes das Reuniões Ordinárias e da Extraordinária antes da fala com o Ministro da Justiça. O **Presidente em Exercício** demanda dos Conselheiros, o governo federal tem a luta, peço a predisposição, é uma luta muito grande, teremos uma reunião com a Comissão Organizadora (COE) do Rio de Janeiro para falar sobre o processo eleitoral do CONASP, a imprensa esteve junto a visita aos bombeiros e está ansiosa para que divulgemos a Recomendação ao Ministro da Justiça, quando ouço algumas falas, parece que o tempo não existiu, nestes três meses a angustia que vocês sentem da falta da secretaria, eu também sinto. A angústia é a mesma da Presidência. Eu faço algumas ressalvas, este Conselho trabalhou e trabalhou muito. Na manhã e na tarde de hoje foi feito um trabalho dinâmico das Câmaras Técnicas, os Projetos estão saindo, os Conselheiros estavam trabalhando. Este ano o Conselho caminhou. Quando nos angustiamos, nos esquecemos dos demais. Temos que lembrar destes outros pontos. É uma angustia também da Secretaria-Executiva, o Ministério tem trabalhado sim para que a participação social aconteça. Neste caminho de construção teremos muito problema, os senhores sabem melhor que eu, que as dificuldades nestas empreitadas, o diferencial é como vamos enfrentá-los. O Ministro tem conhecimento da angustia de vocês, a orientação dele é que o Conselho tem que trabalhar, a nossa condução da Secretaria-Executiva é dar andamento nas demandas de vocês, mas nós também nos angustiamos com esta situação. Gostaria de dividir com vocês esta angustia que também é da mesa, mas nós nunca cercearemos a palavra de vocês. Estamos aqui buscando o trabalho correto deste Conselho. A Presidência do CONASP tem que dialogar mais com os Conselheiros, e vice-versa. A presidente Dilma tem acompanhado pessoalmente as políticas, a Campanha de Fronteiras foi definida na segunda-feira por ela. O governo federal tem sim o foco da participação, mas é um processo de construção, peço a predisposição de vocês, não é fácil, terminando esta reunião, teremos uma reunião com a COE do Rio de Janeiro para debater a construção do Conselho Estadual, mas também outras questões. Eles participaram do processo eleitoral, mas não foram eleitos. A imprensa nacional já está divulgando a visita de vocês aos bombeiros, isto tudo em razão do trabalho já feito, o CONASP é nacional e tem repercussão. **Conselheira Cynthia Luz** esclarecimento na fala em que a Presidência faz a defesa da situação inusitada em que estamos, ressalto a importância das Câmaras Técnicas e hoje 6 meses depois, elas não terão aplicabilidade nesta gestão, pergunto, a Presidência falou das Câmaras Técnicas, qual a aplicabilidade do trabalho, poderá ser modificado? A aplicabilidade será apenas para esta gestão? Estamos planejando para que? Qual será a eficácia do que estamos discutindo? **Presidente em Exercício** vai servir como trabalho norteador das Câmaras Técnicas e como elas estarão atuando de forma aplicativa, construímos na outra Reunião a regulamentação das Câmaras Técnicas, que norteavam o trabalho, definimos hoje a aplicação, atuação das Câmaras. Na reunião de hoje a Câmara Técnica de mobilização terá participação. A senhora faz parte de qual Câmara? **Conselheiro Marcos Rezende** a pauta aqui é outra, quais encaminhamentos tomaremos para a Reunião Extraordinária, resgatar o debate sobre quando será a nossa própria reunião, não é para quando serve a pauta e sim quais os encaminhamentos para a Extraordinária, terá uma hora em que nós estaremos para um lado e o Ministério da Justiça para o outro. No Corpo de Bombeiros nos fizeram uma pergunta: quando sairá a Resolução? E o Ministro vem? A imprensa toda fez esta pergunta e nós fizemos cara de paisagem. Não tem motivos para termos outra Reunião Ordinária sem ter a extraordinária com o Ministro da Justiça, tem limite somos parceiros, acreditamos no Ministério da Justiça, na SENASP, mas a grande

questão é que não é um grupo de amigos, não pode ser isso, temos que entender que temos que construir Política Pública de Segurança Pública para uma população vulnerável. Nós precisamos saber politicamente o pensamento do ministro, sugiro a suspensão de qualquer ordinária ate termos a extraordinária com o MJ. **Conselheiro Celito** peço desculpas pela minha exaltação a todos, pois ao longo dos três anos sempre me comportei moderadamente. Acredito na sociedade, jamais pensei em extinguir o CONASP. Jamais passou pela minha idéia, isso é resultado de três anos de participação ativa, mas a gente sente a necessidade de diálogo com o Ministro da Justiça e a SENASP, se não houver o diálogo com o Ministro a gente falha, falha se não temos um diálogo. Nem sei se é producente suspender as reuniões ordinárias, não acho correto colocar uma autoridade contra a parede, espero que as conversas aconteçam e consigamos construir as Políticas Nacionais de Segurança Pública. **Conselheiro Tião Santos** é claro que nós chegamos a um momento extremo da nossa relação com Ministério e com quem representa o Ministério da Justiça, claro que nenhum de nós gostaria de chegar a este ponto de dizer pelo amor de Deus, pois precisamos tomar pé da Política do Ministério. Se nós chegamos a este ponto é porque muitas outras coisas pedidas por nós, não aconteceu. É uma saia justa e só chegou a este ponto por erro de todos nós. Não estou desvalorizando a nossa importância de tudo que foi feito, mas a minha posição é que se não mantermos o que foi votado, nada mais faz sentido. Se a gente não conseguir tocar estas coisas, vai ficar sem sentido isto. Pergunta se isso acontece no Conselho Nacional de Saúde, Meio Ambiente? São Conselhos que de fato estabelecem a política de seus Ministérios. Não estamos batendo o pé para ter uma reunião com o Ministro, mas uma atitude para conseguirmos trabalhar. Uma clara posição do Ministério com este Conselho. A proposição de que não teremos Reunião Ordinária antes da Reunião com o Ministério faz todo o sentido. **Presidente em Exercício** não só por estar na posição do governo, mas eu tenho que pactuar e mediar as situações. Temos que construir políticas e questões propositivas. O conselheiro Tião Santos me inspirou que muitas vezes falamos da ausência da Secretaria e do Ministro da Justiça, não é a presença de um ou outro, mas o encaminhamento da política quanto ao que esta sendo construído com a contribuição de cada um, de nada nos adianta só a vinda da Secretaria, nos basta colaborar, discutir e encaminhar política de Segurança Pública. Nossa estepe é conhecer a política, discutir e debater a política, nesse parâmetro, nada nos adiantará o Ministro da Justiça para um debate político, o que nos adianta é a discussão de política de Segurança Pública, que a Plenária verifique e pactue a pauta de estratégia política de Segurança Pública que deseja discutir. A pauta é aberta, encaminhamento de pauta propositiva ao Ministério da Justiça, de nada nos adiantará uma autoridade política para discurso político, mas um encaminhamento de pauta para a política de Segurança Pública. **Conselheiro Marcos Rezende** estamos debatendo uma proposta e você vem com outra proposta e defendendo, você esta saindo do tema. O senhor levantou uma proposta que não cabe. **Conselheiro Bridi** aprendi neste Conselho que temos que aprender a construir e como pressionar, temos que pressionar o Ministro, mas temos que saber fazer este convite com elegância, solicitarmos uma Reunião Extraordinária em trinta ou quarenta dias com o Ministro e na próxima Reunião Ordinária ninguém confirma presença. **Presidente em Exercício** até que haja a votação é possível inserir outra proposta há um encaminhamento do Conselheiro Benedito Mariano que só seja feita à próxima Ordinária com a Extraordinária com o Ministro da Justiça. **Conselheiro Nóbrega** não concordo com o encaminhamento, participo de outros Conselhos que buscam diretrizes, a minha preocupação é que tem baixa efetividade nas nossas decisões, devemos pôr no papel as necessidades a serem efetivamente cobradas, a presença do Ministro da Justiça é indiferente, o que importa é elencar as necessidades de Segurança Pública a ser cobrada pelas esferas governamentais e sociedade civil, a importância do conselho ao longo do tempo é conseguirmos consensuar Política de Segurança Pública e passemos a cobrar do Estado essas diretrizes. Não é dissolvendo o CONASP, é uma oportunidade única, é importante que continuemos pois há muito a ser avançado. A presença ou não do Ministro é indiferente, mas que as nossas ações sejam efetivas. Não vai ser desfazendo o Conselho que avançaremos, é um retrocesso. **Conselheiro Benedito Mariano** com todo respeito ao Conselheiro Nóbrega, a proposta do Conselheiro Marcos Rezende é não ter Reunião Ordinária enquanto não

houver Extraordinária com o Ministro da Justiça. Estamos discutindo há cinqüenta minutos e não avançamos, já é pauta vencida a presença do Ministro, nós defendemos a pauta com o Ministro, não é pressão. Vamos votar. **Presidente em Exercício** em votação suspensão das Reuniões Ordinárias até a reunião com o Ministro (dezoito votos) aprovada contra cinco votos. No início do Reunião eu informei que a Comissão da Mesa Diretora participaria das Reuniões de Diretores em Brasília. Perdeu o objeto às respostas aos requerimentos após a decisão dos senhores. **Conselheiro Marcos Dias** não houve atendimento dos esclarecimentos solicitados. A Secretaria-Executiva não tem razão de existir, que dia foi enviado o ofício? **Presidente em Exercício** dia dezoito de abril, tudo discutido aqui será levado a SENASP, vamos verificar o que está acontecendo administrativamente com o Ministro, vamos organizar a Extraordinária, convidar o Ministro da Justiça, organizar a agenda, o Ministro da Justiça precisa mesmo conhecer o Conselho, e a Secretaria. Quem cuida do agendamento com o Ministro é o Gabinete e não a Secretaria-Executiva. A Secretaria-Executiva sempre teve lealdade com vocês, por erro administrativo este ofício não foi encaminhado aos senhores. O ofício tentando marcar a Reunião dos senhores com ele. É legítima a posição de vocês, levarei esta questão a Secretaria Nacional de Segurança Pública, levarei ao Ministro da Justiça, logicamente esta posição pesa para o governo federal, participação é cara para este governo. Organizaremos esta reunião Extraordinária e a faremos na forma de convite. **Conselheira Cintia Ciarallo** agenda é resultado de vontade política. A Mesa Diretora é governo, por isso estamos com essa dificuldade, se a Reunião Extraordinária não tiver o Ministro da Justiça é J é pura questão política. Nós estamos reféns da vontade do governo para conversar com o governo. Não é apenas com um ofício que marcamos uma reunião, é necessário vontade política, se a Presidência não esta tendo esta vontade, então nós teremos que pressionar. Você colocou que não é relevante o Ministro, então o senhor já colocou a sua vontade política. Se ficarmos aqui nesse jogo todo, se é que existe um Presidente que não esta aqui, porque desta Presidência? Vamos fazer uma Presidência Itinerante? Estamos falando de uma questão política e não de uma pressão. Acho que não temos que alinhar o que o CONASP pensa ao que o Ministro pensa. Mas temos que saber o que ele pensa para conseguirmos trabalhar. Se esta reunião não aconteceu ainda é por questão política. Conselheiro Benedito Mariano declaração de voto: este Conselho não votou convocar o Ministro, votou uma Reunião Extraordinária com o Ministro da Justiça. Tem pauta esta reunião. As diretrizes gerais da Política Nacional de Segurança Pública. Eu estou declarando o contexto da votação, o que estamos votando é que há um expectativa em reunir com o Ministro da Justiça em seis meses e queremos com esta reunião fortalecer as Câmaras Técnicas, é uma reunião construtiva e não de colocar ninguém contra a parede. Sugiro também uma Comissão para elaborar a Recomendação ao Ministro sobre a situação do Bombeiro, e sobre a visita as comunidades, como está. **Conselheira Eliana** sobre a visita está confirmada a UPP amanhã e temos que discutir sobre a Maré. E quanto a construção de Recomendação ao Governo do Rio de Janeiro amanhã às nove horas. Quem esteve na visita aos bombeiros e escolhidos: Conselheira Eliana, Conselheiro Benedito Mariano, Conselheiro Marcos Dias e Conselheiro Vicente Mariano. Temos a proposta de visita ao Morro do Boréu, duras horas com apoio da Secretaria de Segurança Pública e quanto a Maré não é comunidade que tem UPP, portanto não temos apoio da Secretaria de Segurança Pública. **Presidente em Exercício** se será prudente. **Conselheiro Marcos Dias** vaidade e holofotes, a proposta de visitar as comunidades é conhecer as comunidades locais, é importante visitar a Maré, é publicidade em cima das UPP, temos que voltar nosso olhar para as comunidades. **Presidente em Exercício** discussão sobre as visitas técnicas, se vai dividir o grupo ou todos irão às duas. Às oito e meia teremos reunião e deliberação quanto a Recomendação ao governo do estado do Rio de Janeiro e depois as visitas ao Morro da Providencia e a Maré, daí volta ao Viva Rio para a continuidade dos trabalhos. **Conselheiro Marcos Rezende** faço a proposta de uma Comissão para receber a imprensa. **Conselheiro Tião Santos** vamos fazer nota, o CONASP aprova e apresentaremos a imprensa. Todos concordam. **Presidente em Exercício** declara encerrada a reunião às dezoito horas e quinze minutos e informa que a Presidência em Exercício, a Secretaria-Executiva do CONASP e os Conselheiros cicerones se reunião com a COE do Rio de Janeiro a partir daquele momento. Inicia os trabalhos do terceiro dia, dez

de junho, às nove horas e vinte minutos. **Conselheiro Tião** pede ajuda às Instituições. **Presidente em Exercício** requerimento de forma ao conselho que delibere a Câmara de Articulação que acompanhe o COE, e pedirmos a Secretaria de Segurança Pública apoio ao Conselho. Inicio a reunião informando sobre a reunião com a COE na noite anterior. Autoriza a palavra ao Conselheiro Benedito Mariano a fim de apresentar a Recomendação sobre os Bombeiros ao governo do Rio de Janeiro. **Conselheiro Benedito Mariano** participaram desta Comissão o Conselheiro Vicente Mariano, Conselheiro Benedito Mariano, Conselheiro Heder de Oliveira, Conselheiro Marcos Rezende, Conselheiro Gandra e Conselheira Cynthia Luz. Alguns pontos não foram consensuados na reunião, então o Plenário pode opinar. Faz a leitura do documento. **Conselheiro Almir Laureano** eu gostaria de sugerir ao invés de Policia Militar colocasse quem é o responsável por isso, colocar o Governo do Estado. Se culparamos a Polícia Militar não faz sentido, temos que culpar o Governo do Estado. **Presidente em Exercício** Aprovado. **Conselheiro Gandra** pede ao Conselheiro Marcos Dias que passe as imagens feitas pelos bombeiros, que estão em condições sub-humanas, essas imagens que fizemos vão respaldar a nossa argumentação. **Conselheiro Marcos Dias** vou passar o vídeo que os bombeiros gravaram no confronto com a Polícia Militar do Rio de Janeiro. **Conselheira Cynthia Luz** tem o SOS guarda-vidas, a critério de informação está no site www.sosguardavidas.com e tem todos os vídeos gravados. **Conselheiro Marcos Dias** as imagens não deixam dúvidas de que eles foram pacíficos, eles consideram o quartel a segunda casa, a farda a segunda pele, eles se sentiram violados. Se eles fossem um grupo violento, os Policiais Militares seriam facilmente atingidos. A tropa atacou crianças. Eles passaram 30 horas com o BOPE antes de irem ao Sistema Prisional do Bombeiro. Ficaram mais de quarenta horas sem abrigo, alimentação. É um atentado contra os direitos humanos, conversei com a esposa de um, ela muito apreensiva, chorava muito. Tem que libertar, eles fizeram uma manifestação pacífica. Gostaria de propor o Princípio dez da CONSEG que fala do bem estar da família e da polícia. **Conselheiro João Francisco** somos um Conselho Técnico que trata da Segurança Pública, eu gostaria de fazer algumas ponderações ao texto, já parabenizando. No parágrafo terceiro: abrigar seres humanos, incompatíveis a dignidade, incompatíveis a preceitos constitucionais e regras de dignidade humana. No parágrafo cinco, sobre as imagens, como isso vai para a imprensa, as imagens apresentadas corroboram com a pacificidade do movimento. **Conselheiro Sá Ribas** alteração no texto envolvendo esses dois parágrafos, dá pra juntar esses dois parágrafos em um só. Pode ser? Todos concordam. Ditarei para o Sady alterar. **Conselheiro Tião Santos** dentro da frase do Conselheiro Sá Ribas, só lembrando que o testemunho de manifestação pacífica foi falado pelo Corregedor dos Bombeiros, pelo próprio Comando. **Conselheiro João Francisco** nós estamos no Conselho e não temos todas as provas para saber se houve abuso por um ou outro bombeiro, no Conselho ser contra demissão ou execução arbitrária ou que fira o processo legal. Que seja incluída a necessidade de negociação e a liberdade, sem que haja exoneração ou demissão arbitrária. A minha sugestão é de incluir o termo arbitrária ou que interfira o processo legal. **Conselheiro Celito**: acrescentaria depois de liberdade a palavra imediata, porque senão a liberdade vem um mês depois. **Conselheiro Sá Ribas** como advogado de defesa, gostei muito do texto, como Ministério Público que também vai gostar, nós do Conselho não devemos tomar postura de um lado ou de outro, temos que ser imparciais. Vamos matular a credibilidade do Conselho, não podemos instrumentalizar nem a favor nem contra. Se colocarmos sem exoneração, da a entender que o CONASP já entende que eles são criminosos, pois já pedimos que não haja exoneração. O texto tem que ser adaptado para ser imparcial. **Conselheiro Almir Laureano** um movimento igual a este sempre terá um exagero, mas sabemos a postura dos Bombeiros, que é pacífico e de cidadania. Por isso gostaria de pedir não só que não haja demissão mas a anistia total, em função da pacificidade dos manifestantes. Essa é a minha proposta. **Presidente em Exercício** por favor, Sady, inclua a sugestão. **Conselheira Cynthia Luz** ontem quando a Comissão se reuniu, a anistia deveria ser o caminho tomado, tendo em vista a complexidade da composição do CONASP, decidiu-se pelo termo demissão para não comprometer as policias, para se chegar a um texto contextual. Acho que não devemos voltar a este debate e manter o texto atual. Acho que a contribuição do Conselheiro João Francisco viola, pois a situação dos que estão presos é ilegal, o

dever nosso é a defesa da dignidade humana, se houver exceção o Ministério Pública apurará, o nosso dever é pedir a imediata liberdade, o que vemos é ilegal. Nossa papel é pedir a soltura dessas pessoas sem punição. **Conselheiro João Francisco** que se encaminhe as duas propostas. Conselheira Eliana só queria reforçar a palavra anistia no texto, é uma reivindicação deles, seria dar voz por meio do CONASP ao pedido dos bombeiros. **Conselheiro Benedito Mariano** cada uma das propostas diferenciadas vamos deixar claro o que vamos votar. Queria me manifestar em relação à proposta do Conselheiro João Francisco, ele qualificou o texto e não diminuiu a importância, inclua afim de que dignidade humana, queria dizer sobre a anistia, não pode ser a fala deste Conselho, sou radicalmente contra um documento para o Governador e se colocar a palavra anistia, pois pode contribuir para a continuidade do conflito. É a primeira manifestação pública deste Conselho, então temos que tomar cuidado com os termos a serem usados. Não estamos aqui para defender bandeiras. Deixa a um como estava e a dois completada pelo Conselheiro Sá Ribas. **Conselheira Cynthia Luz** a gente não precisa extrapolar o nosso papel, nós vamos apenas pedir a liberdade imediata dos bombeiros. **Conselheiro Sá Ribas** a sobrecarga dos guarda-vidas que estão trabalhando dobrado em função da prisão. **Conselheiro João Francisco** o que temos que definir é se mantemos a demissão ou a manutenção do processo legal. A repetição do termo dignidade humana. E que não haja demissão arbitrária. **Presidente em Exercício** vamos ser mais objetivo nas propostas, mantém a proposta da Conselheira Cynthia Luz? **Conselheiro Sá Ribas** consensualmente a fim de atender. **Conselheiro Heder de Oliveira** fala sobre a anistia, minha fala sai do fato de ser Conselheiro e quem fala aqui é um Praça, se tivéssemos que aprofundar, aqueles bombeiros foram torturados, ali eles foram cercados pela tropa de choque, bombardeados sem ter para onde fugir, Conselheiro João Francisco, eu suplico a vossa excelência para retirar o termo arbitrariedade, nós éramos onze conselheiros com o Corregedor, e, ele nos relatou que dias antes seis foram pinçados para que não ocorresse a manifestação, eu temo por esta arbitrariedade, pois o devido processo legal dos processos será julgado um a um, haverá uma demissão em massa, sem arbitrariedade. Ontem quando nós convergimos sobre a retirada da anistia, se eu soubesse que você era radicalmente contra a anistia, eu não teria retirado a minha fala. **Conselheiro Gandra** está acontecendo um fato político, um ferimento da Constituição Federal de 1988, eu me sinto contemplado em cinqüenta por cento com a fala do Conselheiro Heder de Oliveira, não precisamos da delicadeza jurídica, pois o fato aqui é político, temos que nos posicionar politicamente. O presidente Lula que nos deixou se utilizou desta prática de exercitar a reivindicação e foi preso também por esta prática, e chegou a ser Presidente da República e não foi por ser catedrático, nem por ser acadêmico, então vamos ser político. A minha reivindicação, acertamos que seriam duas notas para serem votadas: a questão salarial seria secundária, a liberdade seria o primeiro ponto, a questão é que não haja retaliação pelo movimento e não sejam julgados individualmente e sim em grupo. A liberdade em primeiro plano. Falaremos ao governador. **Presidente em Exercício** é uma quarta proposta. Por favor, Sady, anota. **Conselheiro Hott** apenas um informe, o site da Globo.com anuncia que foi concedido *habeas corpus* aos bombeiros. **Presidente em Exercício** consulto a Plenária, temos a visita, nós concluímos o texto e mantemos os trabalhos ou suspendemos e vamos a visita? (dez votos) Ou suspendemos a visita? Suspenderemos a discussão e todos vão a visita e voltaremos às quatorze horas. (oito votos). **Conselheiro Benedito Mariano** a minha proposta é que cancelemos a visita, afinal nós nos comprometemos em soltar esta nota. **Presidente em Exercício** Em votação cancelar a visita (seis votos) manutenção da visita (sete votos). **Conselheiro Gandra** podemos dividir o grupo. **Conselheiro João Francisco** é a primeira manifestação pública então poderíamos ser unanimidade. Este é meu encaminhamento. **Presidente em Exercício** nova votação manter os trabalhos e suspender a visita (dez votos) manutenção da visita (oito votos). Cancela a visita. **Conselheiro Vicente Mariano** eu estou na posição que defende as Instituições Policiais Militares, estas Instituições tem legislação específica que rege o trabalho dos militares. E essa legislação que garante a segurança da sociedade. Em São Paulo, na época dos ataques, imagina se os Policiais Militares dissessem que não iam para a rua, é por isso que tem a importância da legislação militar para garantir a segurança da sociedade. O que acontece aqui no Rio de Janeiro pode extrapolar para outros

estados, como fica o atendimento a sociedade? A prisão destes bombeiros é legal sim, eles cometeram um motim, um crime e por isso eles foram presos, presos legalmente. Os bombeiros estavam completamente desorganizados até pelas entidades que defendem as classes, eles seguiram apenas com um líder, gostaria que o Conselheiro Sá Ribas expusesse o que está acontecendo. Gostaria de garantir a segurança da sociedade. **Conselheiro Tião Santos** os bombeiros se entregaram e os outros presos foram os líderes, o nosso papel, cada um enfatiza o seu ponto de vista, temos que chegar a um equilíbrio, temos que ser um Conselho não só técnico e não só político, a nossa fala tem que ter este equilíbrio. O corregedor colocou a todo tempo que foi um processo ordeiro, na primeira prisão, o próprio Comando relaxou, e se flexibilizou a pedido do próprio Comando. Eu discordo do Conselheiro Heder, muitos bombeiros saíram no momento da explosão, quem ficou lá foram os líderes, eles se entregaram, não existe confissão de culpa. Se há a necessidade de uma posição do Conselho, nós não nos prendamos às questões jurídicas formais. **Conselheiro Geraldo**: fiquei emocionado com as imagens, a gente vê que o negócio é político. Acho que nosso Conselho surge no novo parâmetro da Segurança Pública, não é Técnico, temos que romper estas amarras, temos que ter a legitimidade deste movimento, o bombeiro está ganhando novecentos reais, e nós temos que ter um posicionamento sobre isso. Queria falar sobre a colcha de retalho da pauta, era uma visita em que éramos esperados e de repente não vimos mais. **Conselheiro Benedito Mariano** a forma de manifestação do Conselheiro João é política, o Conselheiro Heder confundiu o que eu disse, eu sou radicalmente contra na manifestação para o governador incluir a palavra anistia. Temos que ter a dimensão de que aqui temos várias forças reunidas, eu defendo a proposta um. **Conselheiro Sá Ribas** em relação à anistia, temos que pensar no posicionamento do Conselho, temos que ter o mínimo de imparcialidade, e anistia dá a entender que todo mundo é criminoso, acho que é prejudicial para os próprios bombeiros. Outra coisa que me preocupou é a discussão técnica ou política, o Conselho tem as diversas dimensões, seja política, técnica, temos que respeitar uns aos outros. E transformar a própria fala quase numa agressão ao outro que manifestou posição contraria. Temos que ser imparciais, quem toma partido perde a credibilidade. **Conselheiro Marcos Rezende** gostaria de encaminhar que já votássemos sem ficar levando em conta suas especificidades, isto é uma questão do Conselho, tenho entender o Conselheiro Heder, o Conselheiro João Francisco, mas o Conselho precisa pensar na sua real função. Este tem sido o maior exercício nos últimos dias, nós acordamos e decidimos fazer a coisa grande. **Conselheiro Heder de Oliveira** processo da lei de anistia, são três mil e quinhentos policiais militares demitidos no Brasil. Conselheira Cynthia a maior prova de não é discutir a legalidade técnica ou não é que foi o Tribunal de Justiça do Rio que conseguiu libertar, o devido processo legal era tão ilegal que o TJ conseguiu o *habeas corpus* e já conseguiram um reajuste. Ontem, nós elegemos uma Comissão para fazer um texto, e no Plenário houve um retrocesso total à recomendação, então é uma desautorização da Comissão. Se a gente vem pro Plenário discutir a recomendação a gente deslegitima a Comissão, isso incide diretamente na nossa capacidade política. Isso engessa, nos burocratiza e não nos faz chegar perto da comunidade, temos que fazer uma reflexão bem séria sobre isso. **Presidente em Exercício** vamos ler novamente o documento. **Conselheiro Benedito Mariano** faz a leitura. **Conselheiro Heder de Oliveira** só para contribuirmos com a sociedade civil, passada a minha indignação com a postura do Conselheiro Benedito Mariano, a ANASPRA participou da construção, Garibaldi nos acolheu. As greves provocadas desestruturaram a hierarquia militar, o governo manda invadir e os coronéis são obrigados a cumprir. Quando nós reivindicamos anistia no país inteiro tem o aspecto legal e o aspecto político, são pouquíssimos estados que estão cumprindo a lei. Quando a gente fala da anistia, ela engloba a questão administrativa. A anistia criminal só pode ser concedida pelo Congresso Nacional, em Minas Gerais foi concedida pelo governador, não tem discurso político sobre greve de mil novecentos e noventa e sete. Via de regra a demissão se dá no aspecto administrativo, gostaria que o Conselho pensasse neste aspecto, pois amplia a discussão. **Conselheiro Tião Santos** queria acrescentar que seja incluída no processo de negociação pela manutenção liminarmente concedida pela justiça e anistia, no que couber aos quatrocentos e trinta e nove presos. **Presidente em Exercício** contemplado? **Conselheiro Tião Santos** Sim **Presidente em Exercício** em votação alternativa 1

(dezesseis votos), Alternativa 2 (três votos), Alternativa 3 (nenhum voto), uma abstenção. Vencida a alternativa um. **Conselheiro Sá Ribas** registro que se a expressão que foi sugerida e foi ajustada pelo Conselheiro Tião estivesse na opção 2 eu votaria com anistia. A competência quanto à anistia. Segundo, a forma, quanto a exemplos de outras Unidades Federativas que não podem ser generalizadas, entre o pessoal que está preso, não podemos trazer outros conflitos entre Praças de outros estados. Não podemos potencializar conflitos nas instituições policiais. Todos trabalhando de maneira integrada. Não há coerência em se potencializar outros conflitos para a realidade atual. **Presidente em Exercício** a votação foi concluída, está vencida. Foi feita a questão do Conselheiro Tião Santos, foi perguntada se estavam em condição de votação e todos concordaram. **Conselheiro João Francisco** queria mudar uma palavra, agente publico. **Presidente em Exercício** alterar a semântica de agentes públicos e o termo carioca para fluminense. Suspenderemos a reunião as onze e cinqüenta e três e voltaremos às quatorze horas. A Mesa Diretora será composta pelos Conselheiros da sociedade civil Marcio Marins o titular e Conselheira Eliana suplente, dos Trabalhadores, Conselheiro Heder de Oliveira o titular e o Conselheiro Celito o suplente e os Gestores, o Conselheiro Eraldo o titular e o Conselheiro Nóbrega o suplente. Os trabalhos foram retomados às quinze horas e três minutos. **Conselheiro Celito** não sei se todos estão inteirados da situação de Alagoas, mas um Coronel foi nomeado Diretor da Perícia, foi notícia de jornal de Alagoas. O Conselho de Segurança Estadual de Alagoas se reuniu e foi recomendado que o Secretário de Segurança voltasse atrás e revisse a nomeação. O que gostaríamos é de uma Recomendação para o Secretário. Eu não sei se mantemos a questão do Coronel, faço a leitura da Recomendação. **Conselheiro Nóbrega** vai ser aprovada ou não? Porque temos várias questões urgentes, eu tenho mais uns três temas sobre e para a Recomendação? **Presidente em Exercício** a Secretaria disse que este tema seria para a Câmara Técnica, é isto Conselheiro? **Conselheiro Agadeilton** eu pedi a pauta com prazo hábil para inclusão do tema, foi passado para a Câmara Técnica de Mobilização e até onde eu sei isto não foi discutido na Câmara, então estou trazendo para a Plenária. **Presidente em Exercício** o Conselheiro Nóbrega está pedindo que as recomendações sejam apresentadas pelas Câmaras Técnicas. Esta discussão tinha que ter sido feita na Câmara Técnica e depois trazer para a Plenária e discussão já feita. Já discutido na Câmara não viria pra Câmara como assunto polêmico. **Conselheiro Nóbrega** nós votamos nos assuntos urgentes, a nossa Câmara Temática nós fizemos este estudo, então não dá pra agora levar o que é mais importante ou não. **Conselheiro Agadeilton** eu só quero enfatizar que não é casuísma, foi colocada no tempo hábil do regimento em pauta. Foi colocada em pauta, urgentíssima, ou vamos esperar acontecer com a Perícia de Alagoas o que está acontecendo com os Bombeiros no Rio? Daqui a três meses não teremos oportunidade de discutir este tema, estaremos com outros em foco. Isto mostra o caos da Segurança Pública, em que vários órgãos são dirigidos por pessoas que não são da área, sendo que existem profissionais da área qualificados. **Presidente em Exercício** vamos ler a Recomendação mas será encaminhado dentro da apresentação da Câmara Técnica. Solicito só definirmos o encaminhamento. Vamos começar as apresentações das Câmaras Técnicas? Em votação Sim (sete votos), continuidade da apresentação (nove votos) e abstenção (três votos) **Conselheiro Agadeilton** não se leva para o segundo turno quando tem apenas duas propostas, é um absurdo isso. Quem não votou não votou porque não quis. **Conselheiro Marcos Rezende** eu não tinha entendido, desculpa, não pedi segundo turno, foi por brincadeira, eu não entendi. **Presidente em Exercício** o Conselheiro Marcos Rezende está com a razão, a colocação é de discutir dentro das Câmaras Técnicas e não excluir o debate. **Conselheiro Benito** nós também temos um debate sobre delegados e já encaminhamos para a Câmara Técnica, só para fortalecer o debate e qualificar. **Presidente em Exercício** a mesa encaminha, respeito mútuo cabe nesta hora, está estabelecida a necessidade de maioria absoluta, foi acordado que seria discutido na Câmara Técnica, colocarei novamente em votação esta discussão. Em votação. **Conselheiro Agadeilton** acho que a vontade da maioria da Plenária deveria ser respeitada, já votamos e a maioria decidiu continuar o debate, a escolha já foi feita, agora como a Mesa vai conduzir esta questão, não é comigo. **Presidente em Exercício** em votação apenas dezenove votaram. Em votação, suspensão do debate e início das Câmaras Técnicas

(sete votos), Continuidade da discussão (treze votos). Vamos continuar os debates. **Conselheiro Marcos Rezende** a minha dúvida é com relação a esta questão é se isto só acontece em Alagoas? Porque se vamos fazer uma nota para garantir a Autonomia das Perícias, então acredito que a nota deve ser ampliada para não parecer uma reivindicação para as Perícias de Alagoas, mas sim uma Diretriz aprovada na CONSEG e vamos trabalhar neste sentido de garantir para as Perícias do Brasil. **Conselheiro Agadeilton** agradeço a sua pertinente pergunta. A Recomendação alcança esse objetivo, no final da Recomendação tem um item para todos os governadores para se atentarem para esta questão. Isto aqui não é só uma questão corporativista, mas também e mais de respeito a CONSEG e ao Estado Brasileiro que necessita se profissionalizar. Defendo isto para todas as carreiras da polícia. **Conselheiro Gandra** podemos fazer uma emenda para construir este fato, mas que pode ser ampliado para outros casos semelhantes. O que um Coronel entende de Perícia? Ele não pertence ao quadro. Se vamos usar esta sirene, vamos usar para todos. **Conselheiro Sá Ribas** se colocarmos no inicio já se fez uma correção, do Conselho não tentar tomar partido e não polemizar, não vamos atacar um tipo de carreira, não tem cabimento. Não cabe a nós ficar atacando o Coronel, não é esta questão, o pleito deve ser no sentido de se cumprir o que a CONSEG elegeu, isso que nós queremos, sem atacar ninguém. Sem ataque gratuito. **Presidente em Exercício** colocar um profissional estranho ao quadro é mesmo complicado. **Conselheiro Nóbrega** meu posicionamento é que cada órgão tenha Profissional de Carreira no Comando, a minha questão é que isto não foi votado para discutirmos isto no Plenário. Já são dezesseis horas, não conseguiremos discutir as Câmaras Técnicas. É diferente do trabalho que fizemos no caso dos bombeiros, temos vários pontos importantes para se discutir em relação as Câmaras Técnicas. **Conselheiro Benito** não temos que atacar totalmente, a situação diz respeito a procedimentos, o caso do delegado é gravíssimo e deixamos para Câmara Técnica para se aprimorar o estudo. **Conselheiro Benedito Mariano** que as recomendações ou moções podem ser específicas de um estado depende da posição política e conjuntural, mas também pode ser mais abrangente. Pelo que entendi os colegas pediram para ser ponto de pauta e se foi aprovado, temos que ver se a se entra como ponto de pauta ou se vai para a Câmara Temática. Não foi para a Câmara, então tem que ser votada agora, se não se perde. Estamos a cinqüenta minutos discutindo mais o formato do que o conteúdo. **Conselheiro Benito** uma dúvida, esta questão foi para a Mesa ou Câmara Técnica? **Presidente em Exercício** esta discussão também foi superada quando se apresentou os fatos para a Plenária, quando foi votado o que se discutira aqui. A mesa faz o encaminhamento, vamos deliberar sobre esta Recomendação. Solicito a compreensão dos inscritos para já votarmos sobre a Recomendação e passarmos para as Câmaras Técnicas. **Conselheiro Benedito Mariano** sugestões de pauta para as Câmaras Técnicas estamos discutindo só o formato. **Conselheiro Vicente Mariano** no caso famoso do PC farias que entrou um grande perito, médico-coronel, é capacitado para exercer tal função. **Conselheiro Benito** solicita a releitura do texto. Altera o texto. **Presidente em Exercício** Votação sobre a recomendação. Relê o texto. **Conselheiro Benito** duas questões: Conselheiro Gandra colocou dos papiloscopistas, a lei dispõe sobre a autonomia do labor da Perícia, não o exercício da atividade da Perícia. Na recomendação aos Governadores, Peritos ou Papiloscopistas? **Conselheiro Agadeilton** concordo com as colocações do Conselheiro Benito e faço um alerta sobre a possível reivindicação dos papiloscopistas, eles vão reclamar que também são peritos oficiais. **Conselheiro Benito** concordo. **Presidente em Exercício** em votação: quinze votos e uma abstenção, aprovada. Vamos à apresentação das Câmaras Técnicas: Câmara de Grupos Discriminados **Conselheiro Márcio Marins** faz a leitura do Plano de Trabalho da Câmara dos Grupos Discriminados. Documento está salvo na pasta. Levantamento de valores e orçamento como necessidades pela Secretaria-Executiva. Optamos por uma revisão e ampliação do nosso plano de trabalho, até porque tínhamos pessoas novas, se formos apresentar tudo. **Presidente em Exercício** queremos que a Câmara apresente o que definiu de ação. **Conselheiro Márcio Marins** são quatro objetivos específicos. **Presidente em Exercício** encaminhamento ao Conselheiro Márcio Marins a falar com a Ângela do GAB/SENASA. Sugiro também falar com a Isabel Diretora de Ensino da SENASP, para cumprir o objetivo de curso de capacitação a Força. **Conselheiro Márcio Marins** passa a palavra ao **Conselheiro Elder Costa** para

leitura da proposta de recomendação da Câmara Técnica de Grupos Discriminados. Faz a leitura da recomendação. Sugiro ao invés de policiais, profissionais de Segurança Pública. **Presidente em Exercício** encaminhamento: a Câmara apresenta a necessidade e a Secretaria-Executiva apresenta o elo de valores. **Conselheiro Márcio Marins** começamos pela justificativa dos principais objetivos e desafios da Câmara: discriminação da mulheres, identidade e gênero, pessoas com deficiência, etc. Inclusão do tema na Matriz Curricular da SENASP. Possíveis instrumentos de intervenção: campanha publicitária, educação e direitos humanos com os profissionais, diálogos entre grupos discriminados, parceiras: articulação com outros Conselhos e com políticas correlatas ao tema, Ministério Público, Policias, Poder Judiciário, AGU, OAB, CFP, CRESP. Recursos financeiros: indicativo numérico não é de competência da Câmara, nós apontamos, mas este tipo de levantamento tem que ser feito pela Secretaria-Executiva. **Presidente em Exercício** seria mais no sentido de valores. Cada Câmara apresenta suas necessidades e o responsável faz o levantamento do orçamento. **Conselheiro Márcio Marins** continua a leitura do Plano de Trabalho. **Conselheiro Heder de Oliveira** haverá degravação das falas sobre a reunião com o Ministro? Câmara de Gestão da Informação apresentação do **Conselheiro Celito** do Plano de Trabalho Aberta a palavra. Em votação todos concordam, recomendação aprovada. Câmara de Financiamento **Conselheiro Alexandre** apresentou e foi aprovada por unanimidade. Câmara de Mobilização da CONSEG **Conselheira Eliana** apresentou e foi aprovada unânime. **Presidente em Exercício** esta Câmara técnica durante o trabalho do Grupo de Trabalho terá muito o que conversar com a Câmara de Financiamento e Orçamento. Câmara de Sistema Prisional e Acesso a Justiça **Conselheiro Jose Neves** apresenta o trabalho feito, faz a leitura. **Presidente em Exercício** pede que seja acelerada a leitura em virtude da apresentação de outra Câmara. **Conselheiro Elder Costa** faz consideração sobre a condição dos presos. **Conselheiro Jose Neves** apresentação do Sistema Penal faz a leitura do Plano de trabalho. **Conselheiro João Francisco** poderia incluir aqui o que entendemos por grupos discriminados? Câmara concordamos sim. **Conselheiro Jose Neves** continuação da leitura do plano de trabalho. **Conselheiro Geraldo** a gente fez bem estruturado as quatro anteriores, mas nos não concluímos, não detalhamos as ações, a **Conselheira Cibele** não veio a **Conselheira Tereza** foi embora ontem. A equipe acabou sendo só eu, depois é que veio os outros. Falta completar. **Conselheiro Vicente Mariano** não sei se é do conhecimento do grupo a PEC de criação de uma Policia Penal. **Presidente em Exercício** foi colocado pelo grupo. Câmara sobre Instituições Policiais **Conselheiro Nóbrega** faz a leitura do Plano de Trabalho. **Conselheiro João Francisco** inserir o Ministério Público para o controle externo, o que a comissão trata como carreira jurídica aqui. **Conselheiro Nóbrega** continua a leitura. **Presidente em Exercício** primeiro é a questão da carreira jurídica. Esclarecimentos. **Conselheiro Nóbrega** esclarece que todos os Conselheiros sugeriram e quanto aos cargos de natureza jurídica, desempenha atividades voltadas como atividade jurídica além da carreira policial. Natureza tanto dos atos administrativos como jurídicos. **Presidente em Exercício** questão de ordem o **Conselheiro Vicente Mariano** reitera a questão jurídica, que determinados cargos precisam ser bacharéis em direito para serem nomeados e não atrapalha dizer que o profissional de Segurança Pública também é de carreira jurídica. **Conselheiro Benedito Mariano** temos que aprofundar esse debate que se mantenha o consensuado no grupo, e este é o tema mais polêmico e estamos num atraso de cinqüenta anos, sobre a carreira única, tem que ser amplamente debatido e aprofundado, tema de grande discussão e debate. **Presidente em Exercício** a discussão está alem desse ponto, e a discussão realmente transcende o ponto, é ampla e merece discussão maior. **Conselheiro Heder de Oliveira** sugiro ponto quanto a apresentação das Instituições Policiais. **Conselheiro Elder Costa** quero parabenizar o grupo porque no meu (discriminados) não discutimos isso e vocês mencionaram a questão racial, estamos trabalhando em sintonia. Outra discussão polêmica é o direito ao voto, o réu em preso provisório tem direito ao voto, mas as urnas não chegam então eles não estão com seu direito de voto garantido. **Conselheiro Vicente Mariano** queria que você voltasse lá, pois foi colocado a questão do Ministério Público, tá ai e o que é a competência do CNPCP? **Conselheiro Benito** primeiro o termo não é autonomia é independência no exercício do labor. Não entendi, Carreira Jurídica para a Policia Militar?

Presidente em Exercício o Benito tem uma posição contrária ao que esta colocada. **Conselheiro Gandra** essa foi a apresentação que o grupo resolveu fazer, as modificações não da pra fazer agora. Esta questão da carreira jurídica é pertinente. O Conselho Nacional de Justiça já se pronunciou que o oficial de Polícia Militar tem carreira jurídica, temos que força grande nesse sentido. **Conselheiro Nóbrega** durante o grupo não houve divergências e chegou a esta conclusão, respeitamos o posicionamento do segmento e consolidamos os entendimentos. **Presidente em Exercício** o Conselheiro está apresentando e temos uma questão de ordem para leremos até o fim do Plano de Trabalhão e fazemos as modificações ao final. Questão de ordem pedida pelo **Conselheiro João Francisco** perguntei a três Conselheiros, nós precisamos saber o que é carreira jurídica para decidir, mas no avançar do horário não sei se conseguiremos debater este tema agora. **Presidente em Exercício** correto, vamos terminar a leitura do Plano e no final revemos estas questões para ajustar o Plano de Trabalho. Um esclarecimento sobre a carreira jurídica. **Conselheiro Nóbrega** vamos novamente falar a metodologia utilizada, utilizamos os conselhos de todos os integrantes da Câmara, cada um consentiu com o trabalho aqui apresentado. Primeiro estou explicando o processo de formação e já vou dizer o que foi pedido. Carreira jurídica foi a solicitação do Conselheiro Eraldo, para a melhor valorização da polícia, hoje o delegado tem a carreira jurídica, ele não deixa de ser delegado, mas tem atos processuais penais, que certificam a carreira jurídica para valorização do profissional. Tem leis neste sentido. Carreira jurídica tem relação com a natureza dos atos dos delegados. **Vicente Mariano** a questão da carreira jurídica tem um embate muito forte tem sete policias que para ingressar como oficial tem que ser bacharel de Direito. Da mesma forma como o delegado de polícia, o oficial da Polícia Militar também atua com procedimentos jurídicos (auto de prisão etc), o oficial de polícia pode ser juiz do tribunal de justiça militar, assim não oferece dúvida de que a carreira do oficial da Policia Militar também tem direito a carreira jurídica. **Conselheiro Benedito Mariano** não quero acreditar que as falas se dão de acordo com patentes, o Conselheiro Vicente Mariano disse ser questão de ordem não é, ele fez a defesa de um posicionamento. Este tema é muito complexo e não dá pra abrir esta discussão as dezoito horas, muitos entendem que esta carreira jurídica é a independência do Poder Executivo, o que exige uma discussão muito mais complexa do que esta. Precisamos aprofundar este tema da carreira única. Acho que devemos tratar o Plano de Trabalho desta Câmara como as outras e estes temas complexos serem debatidos em outro momento, tem que ser um tema de reflexão. **Presidente em Exercício** anteriormente o Conselheiro Vicente Mariano tinha pedido a questão de ordem porém alterou para fornecer o esclarecimento sobre o tema que está sendo debatido. O que o senhor fez também não foi uma questão de ordem, foi um encaminhamento. A mesa concorda que este tema é muito mais complexo e que seja debatido na Câmara Técnica. Consulto aos inscritos se podemos fechar esta Câmara, deliberar e seguirmos nossa pauta. Estas questões de mérito merecem um debate maior, sugiro a Comissão que este tema volte para a Câmara Técnica. **Conselheiro Nóbrega** eu concordo. O **Presidente em Exercício** informa que estes pontos de inclusão sejam apresentados a Câmara Técnica. **Conselheiro Nóbrega** eu não entrei na questão do mérito, eu consolidei o consenso. **Presidente em Exercício** agradeço o consenso. Passamos aos informes. Quem tem interesse? Ninguém? Lembro que o Plano de Trabalho é modificável e precisa ser debatido. Ressalta a lembrança da Franciele. Aberto os informes dos Conselheiros. Elogia os trabalhos e a estrutura. Passo a palavra aos nossos anfitriões, fomos muito bem recebidos. **Conselheiro Tião Santos** agradece a equipe técnica e ao Viva Rio, está todo mundo de parabéns. O **Presidente em Exercício** ressalta quando os Conselheiros assumem os trabalhos, a gama de assumir um evento recai sobre os cicerones esta responsabilidade dos trabalhos, inclusive a organizar uma visita técnica, a reunião fora altamente produtiva e positiva, a COE se sentiu ouvida pelo Conselho e o CONASP sai melhor do que chegou. Agradecer a todos os conselheiros pela compreensão. Agradece a Secretaria-Executiva e encerra a reunião às dezoito horas e quatorze minutos.